

Introdução

Uma maneira de apresentar este livro é dizer que ele tenta entender a radical mudança ocorrida no uso de uma palavra: “polarização”. O que se começou a chamar, a partir dos anos 2000, de “polarização” nada tem a ver com o que essa palavra passou a significar depois das eleições de 2018. A mudança do sentido e do significado de “polarização” é emblema de transformações estruturais na vida social, na relação entre sociedade e instituições, do funcionamento mesmo das instituições.

Até meados da década de 2010, polarização queria dizer que o sistema político se organizava em dois polos, representados por dois partidos, PT e PSDB. O partido que vencia a eleição presidencial se tornava líder da coalizão de governo. Começava por criar um cordão sanitário em torno de áreas consideradas estratégicas, preservando-as o quanto possível do loteamento político. O restante do governo era dividido mais ou menos proporcionalmente ao peso institucional das diferentes forças políticas.

No modelo que prevaleceu de 1994 a 2013, partidos funcionam como empresas de venda de apoio parlamentar a governos de coalizão. Se um indivíduo ou grupo considera que não foi devidamente contemplado na distribuição dos quinhões, ou se simplesmente acha que pode conseguir mais, migra para outro partido, ou acaba por fundar um novo, estimulando a fragmentação partidária. Cabe ao síndico do condomínio no poder conferir a homogeneidade possível a esse arquipélago

de interesses, estabelecendo agendas transversais de governo. Essa função foi desempenhada nesse período por PT e PSDB. A esse modo de operar, que a ciência política brasileira convencionou chamar de presidencialismo de coalizão, chamei de pemedebismo,¹ em homenagem ao partido que, durante pelo menos três décadas, foi o líder do cartel de empresas de venda de apoio parlamentar, o PMDB — o qual, a partir de 2018, mudou seu nome para MDB.

Na metáfora de campos magnéticos da polarização, os dois polos disputavam quem iria atrair para si o pântano de PMDBs entre as duas margens de terra firme. Um documento explícito desse modelo é o registro de uma fala do ex-presidente Fernando Henrique Cardoso em conversa com o ex-governador do Distrito Federal Cristovam Buarque no ano de 2004 e que pode ser encontrada no site oficial do PSDB. Em determinado momento da conversa, o ex-presidente do Real afirmou:

Não discutimos nem disputamos ideologia. É poder, é quem comanda. Minha ideia para o Brasil é a seguinte: você tem uma massa atrasada no país, e partidos que representam esse atraso, clientelismo. Os dois partidos que têm capacidade de liderança para mudar isso são o PT e o PSDB. Em aliança com outros partidos. No fundo, disputamos quem é que comanda o atraso. O risco é quando o atraso se comanda. É um pouco o negócio do pacto com o diabo, do Fausto, não é? Você pode perder a sua alma nesse processo, porque o atraso pode te comandar.²

A história que conto no livro é a de como todos os Faustos finalmente se encontraram com Mefistófeles em sua forma mais autêntica, de como viram de frente o inferno. Com o fim do acordo do Real, a partir de Junho de 2013, também os seus partidos-locomotivas não poderiam permanecer os mesmos.

A metáfora é tanto mais apropriada porque PSDB e PT são partidos com origem e forte ancoramento em São Paulo, estado chamado durante muito tempo de locomotiva do país, desde a época em que ainda existiam ferrovias. Apesar disso, foram criados como partidos de vocação nacional. Pretendiam se destacar de oligarquias partidárias locais e regionais, que viam como o principal entrave à autêntica modernização e democratização. Com o fim do acordo do Real, o PSDB, antigo partido de quadros formado para dirigir o país, tornou-se um vagão como outro qualquer no trem partidário brasileiro. O PT quase foi varrido do jogo institucional, mas não apenas sobreviveu aos ataques como foi capaz de se manter como referência organizativa do sistema político — ainda que não seja mais um partido dirigido inequivocamente desde São Paulo, como o foi durante tanto tempo; ainda que não seja mais o mesmo partido que ganhou quatro eleições presidenciais, de 2002 a 2014; ainda que não desempenhe mais, de maneira alguma, o papel que desempenhava quando seu adversário direto era o PSDB.

Sempre há quem utilize a expressão como se tudo continuasse como no grande acordo do Real. Mas são casos de patologia, colaboracionismo, má-fé, ideologia, desorientação radical, defesa pura e simples de interesses, ou todas essas coisas ao mesmo tempo. Nem PT nem PSDB em nenhum momento ameaçaram a democracia, o que passou a ocorrer a partir de janeiro de 2019. Em nenhum mundo democrático possível cabe comparação entre Lula e Bolsonaro como “dois polos” de um mesmo jogo democrático.

A eleição de Bolsonaro levou o país a uma situação de emergência democrática duradoura. Com Bolsonaro, formou-se pela primeira vez, desde a redemocratização, um movimento cuja existência é o desafio permanente das instituições democráticas em sentido destrutivo. Um movimento

que usa a institucionalidade como instrumento, e não como fim, que faz uso da institucionalidade para destruir as instituições democráticas.

Na vizinhança, talvez apenas o Chile tenha tido a experiência de uma extrema direita de peso eleitoral que permaneceu organizada após o fim da ditadura militar. No Brasil, esse eleitorado andou disperso por mais de trinta anos. Flertou, por exemplo, com candidaturas presidenciais como a de Enéas Carneiro em 1989 e 1994 (quando obteve o terceiro lugar, com 7% dos votos). Mas só ganhou cara, organicidade e o próprio poder federal com Bolsonaro.

Em países como a França, a Espanha, a Grécia ou a Alemanha, depois de estabelecida ou restabelecida a democracia, a extrema direita demorou décadas para se tornar relevante, levou décadas para se normalizar, levou décadas para aprender a manter as aparências democráticas. No Brasil, bastaram alguns anos de autodestruição política desde 2014. De um só golpe, Bolsonaro organizou e normalizou a extrema direita e ganhou a eleição presidencial.

É vastíssimo o material produzido sobre o momento que tomo como ponto de referência neste livro, Junho de 2013. Como também é vastíssimo o material sobre todas as desgraças que se seguiram à eleição de 2014, em todas as suas dimensões destrutivas, sobre as “crises da democracia”, sobre “novos fascismos”, em seus aspectos teóricos, empíricos, históricos. Este livro não tem a pretensão de abarcar todo esse material nem de examinar cada uma das explicações na sua especificidade. Ainda assim, é um livro de síntese e de interpretação. Síntese de estudos empíricos, históricos e teóricos nos quais me apoio para formular minha interpretação. Uma interpretação que muitas vezes não concorda exatamente com as fontes de que lança mão. Mas que não seria possível sem elas.

A interpretação que proponho pretende afastar não apenas a imagem de raio em céu azul associada a Junho, mas também, sobretudo, afastar um pressuposto típico, ainda que muitas vezes apenas implícito, das explicações de gênero “conta de chegada”, formulações que poderiam começar com “Tudo ia bem até que...”, seguidas de: Junho aconteceu, Dilma Rousseff (ou Lula antes dela, dependendo da interpretação) resolveu reinventar a economia, Aécio Neves não aceitou sua derrota na eleição presidencial, veio a brutal recessão de 2015-6, o STF se meteu onde não devia, Eduardo Cunha passou por cima das regras costumeiras da convivência política, foi feito o impeachment de Dilma Rousseff, Lula foi preso, Jair Bolsonaro ganhou uma eleição com base em fake news. E assim por diante.

Tomar Junho de 2013 como ponto de referência (e não como ponto de chegada ou de partida) permite perguntar: o que mesmo “ia bem”? Fazer essa pergunta permite igualmente explicitar o disparate de quem tem por objetivo restabelecer a situação anterior a 2013. Como se restaurar a ordem pré-Junho fosse possível, como se fosse desejável, como se tal restauração tivesse algum ancoramento na realidade presente.

Esse tipo de reação talvez se explique por uma das características mais notáveis do debate em torno de Junho de 2013, que foi seu quase completo descolamento do que acontecia no mesmo momento no mundo todo. Apesar de se tratar de um acontecimento obviamente global, de uma série de revoltas de amplo espectro, reunindo grande diversidade de bandeiras, objetivos e pessoas em diferentes lugares do mundo desde 2011, o debate sobre o evento no Brasil, em grande medida, não foi feito nesses termos. Muito pelo contrário, aliás.

Além disso, Junho entrou no debate público e saiu dele da mesma maneira: como raio em céu azul. Diz o quase consenso em torno do tema que o evento é complicado demais para caber em uma explicação única, que suas causas são tão

misteriosas que só serão conhecidas depois de passado muito tempo — que talvez nunca o sejam. E foi assim que, além de inexplicável, Junho se tornou singular, único. O que facilitou ainda mais passar a outro assunto. Que foi, naturalmente, a sucessão de desgraças que se seguiu, ininterrupta, sem trégua.

Quando não é simplesmente ignorado, Junho é avaliado sobretudo em termos negativos. As avaliações variam entre não ver ganho institucional algum e ver ali o início de uma grave regressão. De acordo com algumas avaliações, o sistema político tal como tinha funcionado até então ruiu sem que nada de melhor tenha sido posto em seu lugar. Para outras, Junho foi ainda mais longe: teria sido responsável por colocar em risco a democracia no Brasil. Parte da esquerda não tem dúvidas a esse respeito: Junho representaria o momento em que uma direita troglodita teria emergido e iniciado o processo que levou à queda de uma presidente legitimamente eleita, à prisão do ex-presidente mais popular do período da redemocratização e à eleição de um presidente defensor aberto da ditadura militar de 1964.

Essas avaliações dominantes raramente consideram Junho da perspectiva de um ciclo de revoltas democráticas de caráter global, também nisso parecido com o ciclo global que teve seu foco em 1968. Mas, quando o fazem, entendem ter ainda mais razão. Afinal, não apenas no Brasil os resultados foram negativos. Foi o ciclo em seu conjunto que teria trazido pouca coisa de positivo, se não apenas regressão. Quando se pensa na chamada Primavera Árabe, que derrubou ditaduras, no que teria resultado? Em guerras civis na Síria e na Líbia. E em duas outras, no Iêmen e no Bahrein, onde medem forças pela hegemonia regional o Irã e a Arábia Saudita — dois países que continuam a fazer de tudo para impedir primaveras de quaisquer tipos. No Egito foi restaurada uma ditadura militar. Apenas na Tunísia a democracia se mantém, aos trancos e barrancos.

Uma nova ditadura instalou-se na Turquia, que faz parte de um conjunto de países de democratização recente, como os da América Latina e os do antigo bloco soviético, sem esquecer de Espanha, Portugal e Grécia. Na América Latina, uma série de “parlamentadas” tem derrubado governos eleitos, um ciclo que se iniciou mais claramente em 2012, quando Fernando Lugo foi apeado da presidência do Paraguai. Países do antigo bloco soviético, como a Hungria e a Polônia, estabeleceram-se em algum ponto entre a ditadura e o fascismo, e um crescimento preocupante da extrema direita tem ocorrido mesmo em democracias estabelecidas desde 1945, como Alemanha, França e Itália.

Acontece que o ciclo 2011-3 representa o marco de uma nova configuração da sociabilidade e, portanto, de novas configurações da política. Não enxergar isso é não entender onde nos encontramos. Mas esses diagnósticos também acabam por tentar apagar o enorme impulso que veio com Junho para a consolidação e a ampliação de lutas sociais as mais diversas na base da sociedade. Não só no Brasil, muitas novas ondas de protesto se formaram a partir do ciclo de revoltas de 2011 a 2013, focadas em objetivos mais específicos. É o caso de ciclos de mobilização de enorme amplitude e importância, como as primaveras feminista e secundarista, visíveis no Brasil nos anos de 2015 e 2016. São deixadas de lado novidades institucionais, como a entrada nos parlamentos de figuras que representam uma renovação da vida política, de que Marielle Franco se tornou o grande símbolo.

Para explicar o desinteresse em considerar Junho de 2013 de uma perspectiva global, é sempre possível invocar o notório desprezo nacional por temas de política externa, em sentido amplo. No entanto, o Brasil passou a se pensar como parte do mundo quando começou a comparar as recorrentes exhibições

autoritárias de Jair Bolsonaro com as atitudes de autocratas e projetos de ditadores em outros países. O Brasil deixou de ser único, singular, para passar a integrar algo como um movimento global — de uma internacional autoritária, no caso. Foi assim que Bolsonaro apareceu também como resultado e como explicação de tudo o que aconteceu desde 2013 no país. A ligação direta entre os dois momentos é tomada como obviedade, como se não exigisse explicação.

A eleição de Bolsonaro *aggiornou* a condição periférica brasileira, tornando o país novamente parte de movimentos planetários — ainda que pelas mais deploráveis razões. Nesse momento, o debate parece ter tomado o sentido contrário: de fenômeno de difícil compreensão porque tão peculiar e particular — o que está presente na grande maioria das interpretações retrospectivas de Junho até a eleição de 2018 —, passou-se à visão de que o Brasil tinha se tornado, do dia para a noite, caso de um movimento global, sem mais.

Não que as avaliações de Junho tenham deixado de oscilar enormemente antes da eleição de 2018, pelo contrário. As interpretações dos acontecimentos do período 2013-4 variaram conforme foram se sucedendo: a severa recessão de 2015-6, o impeachment de Dilma Rousseff, em 2016, a prisão de Lula, em abril de 2018, a eleição de Bolsonaro, em outubro do mesmo ano. Cada um desses eventos decisivos tornou as explicações retrospectivas, em um sentido preciso: Junho de 2013 e os eventos posteriores à eleição de 2014 não só passaram a supostamente ganhar seu verdadeiro sentido a partir de cada um desses acontecimentos como passaram a poder ser explicados por esses resultados.

Nessa conta de chegada explicativa, o período 2013-4 se torna apenas uma etapa de um processo cujo fim está posto no evento presente que se está tentando analisar. Em certo sentido, pode-se dizer que toda análise faz isso, implícita ou

explicitamente. Que toda análise busca entender o presente e, portanto, está dirigida a ele. Mas essa maneira específica de encaixar os acontecimentos anteriores para que resultem diretamente na imagem do presente — e que costuma receber o nome de teleologia — ignora que os acontecimentos poderiam ter seguido outros desenvolvimentos. Essa atitude toma o resultado como de alguma maneira inevitável, como se não houvesse alternativa, como se escolhas não tivessem sido feitas. Na prática e na teoria, essa atitude não só justifica as escolhas feitas como apaga as alternativas de ação disponíveis. Também no momento atual.

Para ver isso, basta, por contraste — de maneira contrafactual, como se costuma dizer —, imaginar que efeitos teria tido Junho, de que maneira seria interpretado hoje, caso o PSDB tivesse vencido a eleição presidencial de 2010 e estivesse no poder federal em 2013. O ciclo de revoltas democráticas de 2011-3 aconteceu em ditaduras, em governos democráticos de direita e de esquerda, sob coalizões as mais variadas. E seus efeitos e resultados foram diferentes em cada lugar em razão disso. Pagando aqui tributo a Max Weber, parece mais do que razoável dizer que Junho teria acontecido no Brasil mesmo que não tivesse sido o PT, mas o PSDB o vencedor da eleição presidencial de 2010. Ainda que não possuísse os exatos mesmos desenvolvimentos, teria sido considerado, então, o maior ciclo de manifestações de esquerda da história do país.

O fato é que deixar Junho para trás era do interesse de todas as forças de peso no sistema político. A mídia tradicional e mainstream não fez senão seguir de bom grado essa preferência da política oficial. Mas é interessante notar que, com as exceções de praxe, núcleos pensantes e a própria academia fizeram em grande medida o mesmo movimento, preferências teóricas e práticas conflitantes à parte. Em lugar de tentar entender o que, afinal, tinha acontecido em Junho, passou-se

a falar do estelionato eleitoral de Dilma Rousseff ou da contestação pelo candidato derrotado Aécio Neves na eleição de 2014, da recessão econômica, da crise política, das decisões do STF, da prisão de Lula. Junho foi fixado como prenúncio de Jair Bolsonaro. Esse curto-circuito fez da eleição de Bolsonaro em 2018 uma espécie de marco definitivo de qualquer conta de chegada explicativa de Junho.

Apenas uma pequena parcela da esquerda democrática que não tinha capacidade de alterar os rumos institucionais viu em Junho um potencial de transformação da democracia brasileira, viu naquela energia social dispersa a possibilidade de deixar o pemedebismo para trás. Quanto às “novas direitas”, que vinham se organizando dez anos antes de Junho e, por isso, tinham já adquirido massa crítica considerável, notaram ali uma oportunidade de confrontar diretamente o sistema político. Do lado da política oficial, a maior parte tanto da direita como da esquerda se encastelou no sistema político, contando poder dirigir o processo de cima, mesmo que fosse ao custo de uma autofagia suicida.

Mas, ao se blindarem contra a energia das ruas reais e virtuais, as forças da política oficial simplesmente perderam o controle do processo. Desperdiçaram uma chance inédita de reformar a democracia brasileira. Pior, abriram a porta para a extrema direita, que não apenas hackeou eleitoralmente o movimento muito mais amplo das “novas direitas” como as próprias instituições, encontrando nesse momento, pela primeira vez desde a redemocratização, a oportunidade de implantar seu projeto autoritário.

Junho foi o momento em que o sistema político perdeu o controle da política. Mas Junho não se institucionalizou em termos de um poder paralelo ao sistema político, não adquiriu o caráter de mobilização permanente a desafiar a política oficial, não se

organizou em termos da criação de novos partidos com densidade ideológica e eleitoral para mudar os rumos da política. Sob crescente hegemonia da direita e, a partir de 2018, da extrema direita, a energia social de Junho foi canalizada para uma organização em termos de uma oposição extrainstitucional.

Porque, mesmo não tendo se institucionalizado como mobilização permanente em alternativa ao sistema político existente, a oposição extrainstitucional foi muito eficaz em vampirizar a energia de Junho. Para tanto, valeu-se da Operação Lava Jato, escudo institucional com que, no período 2015-8, impediu o sistema político de retomar inteiramente o controle da política e, portanto, sobre a própria sociedade. Por não se autorreformular, por não abrir novos canais de interação, influência e participação para o eleitorado, o sistema político empurrou parte substantiva da energia social de transformação para aquela figura institucional que prometia realizar essa reforma. Mesmo sendo uma promessa impossível de ser cumprida com respeito às regras estabelecidas do Estado democrático de direito — a primeira instância do Judiciário não tem competência nem poder para fazer reforma política —, a Lava Jato acabou se mostrando, para uma enorme parcela do eleitorado, a última instância recursal da política, o único caminho institucional disponível para a canalização de sua insatisfação.

Não por acaso, a Lava Jato mirou suas baterias para derubar o governo Dilma Rousseff e, em seguida, o governo de Michel Temer. Conseguiu o primeiro objetivo, não alcançou o segundo. Mas o fato mesmo de não ter conseguido alcançar esse objetivo no caso de Temer reforçou ainda mais o impulso social antissistema. A Lava Jato conseguiu de fato impedir o sistema político de retomar o controle da política. Ao mesmo tempo, a Lava Jato não conseguiu tomar o lugar da política oficial — é difícil imaginar como poderia fazê-lo, evidentemente, enquanto sua atuação não poderia ter outra consequência além

de produzir instabilidade permanente. A política oficial brasileira nem passou ao controle de um poder paralelo nem conseguiu inteiramente manter o controle da política.

Foi um cabo de guerra que durou até a eleição de Bolsonaro, em 2018. Foi essa a estrutura fundamental da instabilidade permanente do período 2015-8. E, no entanto, a eleição de Bolsonaro não estava dada. Pelo contrário, as “novas direitas”, em sua diversidade e fragmentação, continuavam a alimentar a expectativa de chegar ao poder pela via eleitoral. Mas foi também nesse exato momento que a direita tradicional do sistema político se mostrou incapaz de apresentar uma candidatura que pudesse canalizar o impulso antissistema — o que era previsível, aliás, em se tratando da direita tradicional. Ocorre que também as “novas direitas” não conseguiram apresentar uma candidatura outsider capaz de representar como que uma confluência eleitoral da Lava Jato, sob cujo escudo se organizaram e alcançaram alguma unidade de propósito. Não tendo tido candidato competitivo à presidência em 2018, a Lava Jato não se institucionalizou. Ao mesmo tempo, ao prender Lula, o candidato de oposição mais bem posicionado nas pesquisas naquele momento, seis meses antes da eleição, completou o quadro que tornou possível a candidatura antissistema mais bem posicionada na eleição.

A eleição de Bolsonaro foi, portanto, a obra conjunta de um sistema político que se recusou a se autorreformular, de uma energia social que não encontrou caminhos para influir na institucionalidade senão por meio de uma força judicial e de mobilizações de base no campo da direita incapazes de formular um projeto de institucionalização política claro e viável independentemente da extrema direita. Foi esse esforço conjunto que tornou viável uma candidatura antissistema como a de Bolsonaro.

Mas foi ainda bem mais grave do que isso. Mais do que um simples líder antissistema, Bolsonaro se considera o líder

de uma revolta conservadora. Ele não busca a assimilação em nível institucional. Ele associa suas posições de extrema direita à defesa de tudo o que é ético e decente e identifica o restante — todo o sistema político — com a “esquerda”, ou seja, com tudo o que é corrupto e corrompido na vida social em geral. Para Bolsonaro, todo mundo que aceitou as regras da Constituição de 1988 é “de esquerda”. A própria Constituição é “de esquerda”, faz parte da “falsa democracia”. Para Bolsonaro, a redemocratização é a responsável por todos os males do país. A “verdadeira democracia” é apenas aquela que existia durante a ditadura militar. Quem conseguir entender a expressão “a democracia da ditadura era a verdadeira democracia” conseguirá entender Bolsonaro.

Foi nesses termos que Bolsonaro exerceu a presidência a partir de 2019. De um lado, como um presidente antiestablishment, conseguiu manter o apoio constante de uma parcela do eleitorado que se manteve fiel a um impulso antissistema. De outro lado, só conseguiu se manter no poder graças a um acordo que devolveu o controle da política ao sistema político, liquidando a mesma Lava Jato que teve papel essencial na sua própria eleição. O governo Bolsonaro foi a extensão do cabo de guerra do período 2015-8 por outros meios.

Ao longo do livro, tentarei desenvolver de maneira mais concreta estas e outras teses explicativas, enunciadas nesta introdução de maneira ainda muito geral e genérica. Todas as teses que apresento neste livro têm por pressuposto que o emblema da grande cesura da história recente do país é Junho de 2013. Ainda assim, não recuso aqui os termos em que o debate está posto, em que explicar a ascensão de Bolsonaro passou a ser o ponto de fuga de qualquer reconstrução da história recente do país. Apenas entendo que é preciso qualificar esse ponto de fuga.

Para propor uma explicação que esteja à altura da complexidade desses eventos todos, entendo ser indispensável dissolver amálgamas e alternativas infrutíferas. Parto do diagnóstico de que os debates dos últimos anos têm tomado certos amálgamas e certas alternativas como pontos de partida evidentes. Acontece que esses pressupostos não só estão muito longe de ser óbvios. Eles também bloqueiam a compreensão do momento atual. E bloqueiam possíveis saídas práticas da guerra de posições que se instalou.

É essencial, por exemplo, dissolver o amálgama de “Junho”, “Bolsonaro” e “novas direitas”. Tanto quanto é necessário dissolver amálgamas como aqueles de “presidencialismo de coalizão” e “democracia”, de “democracia” e “teorias da democracia”. É de fundamental importância evitar alternativas estéreis como a caracterização do momento presente como “crise da democracia” ou em termos de “regressão fascista”. Enquanto não for possível separar esses elementos que se encontram hoje amalgamados e compreendê-los em sua lógica e especificidade, enquanto não for possível evitar alternativas estéreis, entendo que não avançaremos na compreensão efetiva de onde estamos e por que chegamos aqui.

Meu esforço de dissolver amálgamas, evitar alternativas estéreis e reformular a questão não significa, entretanto, que consegui as respostas para todos os problemas que (re)coloquei. Em alguns casos, acredito ter encontrado soluções plausíveis. Algumas vezes, fui capaz de propor hipóteses que me parecem bem fundamentadas. Em outros momentos ainda, apenas reconheci o quão pouco sei sobre o problema para conseguir resolvê-lo. Seja como for, acredito que somente exercícios profiláticos desse tipo permitirão estabelecer Junho como ponto de referência frutífero do debate na atualidade, evitando confusões que apenas na aparência explicam as origens de nosso presente. Não com a pretensão de estabelecer

“o que realmente aconteceu em Junho” — esse é justamente o *objeto* do debate —, mas o que estamos fazendo de nossa história recente e de como estamos nos conectando com o debate internacional.

Há ainda outras teses de diagnóstico do tempo presente tomadas como pontos de partida no livro. Todas começam pela insistência no fato de que a democracia de massas do imediato pós-1945 foi para poucos. Ao mesmo tempo lembram que, onde a democracia durou — em parte da Europa, no Japão, nos Estados Unidos e no Canadá, basicamente —, estabeleceu-se em aliança indissolúvel com a melhoria da qualidade de vida, muitas vezes ligada ao desenvolvimento de mecanismos importantes de proteção social pelo Estado. Vinculou-se à cláusula simples e direta segundo a qual a geração seguinte iria viver melhor que a anterior. Foi essa a primeira promessa da democracia pós-guerra.

Uma segunda promessa dessa mesma ordem veio com 1968, que, nesses lugares do mundo em que a democracia de massas tinha se institucionalizado, chutou a porta para reclamar que faltava algo fundamental a essa equação, que a democracia precisava democratizar-se, nada menos. Entre muitas outras coisas, isso também significava derrubar a maneira tradicional de fazer política, baseada na lógica de máquinas partidárias hierárquicas e em acordos de gabinete e de cúpula que não estavam sujeitos ao escrutínio público.

Os movimentos de 1968 instalaram uma tensão entre a lógica da representação parlamentar e a representação direta típica de assembleias e reuniões públicas, uma tensão que ficou gravada em todos os movimentos democratizantes posteriores. Pôs em xeque a intransparência que caracteriza a ação parlamentar e governamental, apontando para a necessidade da criação de novas formas e de novos instrumentos de fazer

política. Os então chamados novos movimentos sociais, que ganharam impulso e força a partir da década de 1970, conseguiram abrir brechas importantes na intransparência tecnocrática do Estado, mesmo não tendo ainda encontrado uma configuração generosa no interior dos sistemas políticos nacionais.

Foi nesse momento que se deu uma ruptura dentro da ordem, por assim dizer. Um composto de neoliberalismo e democracia movido a financeirização produziu um impressionante momento de prosperidade material nos vinte anos da chamada Grande Moderação, entre o final da década de 1980 até 2007. A Grande Moderação foi o momento em que a China passou a produzir um planeta por ano. E, do outro lado, o do consumo, abriram-se as torneiras do crédito para o endividamento generalizado das famílias.

Essa foi a versão neoliberal da promessa pós-1945 de que a próxima geração viveria sempre melhor do que a presente e do que a anterior. Durante algum tempo, o acesso a inovações tecnológicas e à educação pareciam poder, de alguma maneira, garantir a cláusula geracional: a nova geração já nasce tocando em telas inteligentes e terá oportunidade de se desenvolver para além do ponto em que pararam seus pais. Endividando-se — essa era a promessa —, a geração seguinte teria condições de aproveitar plenamente as potencialidades do novo mundo, aí incluída a participação democrática em uma sociedade conectada permanentemente com todas as demais sociedades do mundo.

A outra face da moeda, a da democratização da democracia levantada no ciclo de revoltas em torno de 1968, veio sob a forma de uma aliança com movimentos de defesa de novos direitos. Governos neoliberais progressistas passaram a apoiar e a promover, de maneira enfática, legislação e decisões judiciais ligadas à paridade entre homens e mulheres em posições de poder e no mercado de trabalho, à promoção de alguma equidade social, política e econômica capaz de combater o racismo

estrutural, à autonomia de povos indígenas, aos direitos sociais, políticos e econômicos de pessoas LGBTQIAP+. Essa atitude vinha ligada, por exemplo, a políticas de combate ao racismo e à violência contra mulheres, à defesa do casamento entre pessoas do mesmo sexo, do direito à interrupção voluntária da gravidez e da adoção de crianças por casais homoafetivos, além de muitas outras pautas ligadas a lutas em grande medida historicamente identificadas com a esquerda.

Ocorre que, depois de superendividar Estados e famílias, estreitaram-se as margens para que esse processo de financeirização pudesse ter continuidade, tanto do lado econômico quanto do social. E a aliança com lutas de grupos historicamente discriminados e violentados não se traduziu na ampliação efetiva de espaços de poder perceptível esperada por movimentos sociais e iniciativas cidadãs. Não se cumpriu a cláusula geracional. Não se cumpriu a sua promessa gêmea, a da democratização da democracia.

O Brasil teve de se adaptar ao acordo geral do pós-1945, que pretendia opor os blocos capitalista e soviético inicialmente com base em uma oposição entre “democracia” e “totalitarismo”. Com o diagnóstico do campo capitalista de um risco de expansão do bloco soviético e, ao mesmo tempo, de uma impossibilidade de reproduzir a contrapartida de proteção social dos países centrais, a exigência geopolítica de manutenção do capitalismo nos países periféricos se sobrepôs à cláusula democrática. Os países periféricos ficaram, no geral, sem democracia e sem proteção social.

Daí que toda uma enorme expectativa acumulada tenha vindo na bagagem de quem viveu sob ditaduras parte relevante do período 1945-80, chegando bem mais tarde ao novo consenso democrático global instalado entre as décadas de 1980 e 1990 — desde toda a América Latina até o antigo bloco soviético, passando por parte da África e do Leste Asiático.

Mas ser um país dependente significa antes de qualquer outra coisa ter margens de ação autônoma bem mais estreitas do que aquelas com as quais operam países centrais. Tanto do ponto de vista diretamente econômico quanto de uma perspectiva ideológica, em sentido amplo. Os pacotes de adaptação às negociações globais realizadas sem a participação de países periféricos determinam as margens de ação desses países dependentes. Além dessas margens, a busca de ampliação de sua autonomia depende da exploração bem-sucedida de brechas nas disputas entre países centrais.

Não é possível voltar à moldura institucional que sustentou políticas nacionais e internacionais desde o final da Segunda Guerra Mundial. Essa moldura perdeu sua ancoragem social. Uma tese derivada dessa é que o período neoliberal, dominante de meados da década de 1980 até meados da de 2010, não criou uma institucionalidade própria, mas se instalou mediante um duplo esforço. Uma das vertentes desse esforço esteve na tomada das instituições criadas no pós-1945 — e que eram tudo menos neoliberais —, refuncionalizando-as. A outra vertente foi de propaganda e cooptação, dirigida ao descrédito da ação estatal e às virtudes do mérito individual e do endividamento privado de pessoas e famílias.

Além disso, o declínio do neoliberalismo — em particular de sua figura mais recente, a do “neoliberalismo progressista” dos anos 1990 e 2000 — não só não produziu nenhuma alternativa realista efetivamente progressista como abriu caminho para uma disputa de modelos de sociedade em que a própria democracia deixou de representar a referência primeira nas disputas em torno da melhor maneira de regular a vida em sociedade. Foi o neoliberalismo, por exemplo, que transformou em potências globais o autoritarismo de partido único da China de Xi Jinping e o autoritarismo eleitoral iliberal da Índia

de Narendra Modi, duas tendências de desenvolvimento que se tornaram modelares no momento atual. De outro lado, entretanto, forças sociais e institucionais bastante fortes se opuseram a essas duas possibilidades autoritárias. Em uma dessas vertentes, o neoliberalismo progressista tenta se reconfigurar, como na França sob Emmanuel Macron. Em outra vertente, onde a esquerda vence eleições, vê-se habilitada a propor um acordo em novas bases para a direita não autoritária, como é o caso do Chile com Gabriel Boric.

Uma tese derivada dessa é que os sistemas políticos contam hoje com diferentes modelos de partidos, de organizações políticas, de maneira mais ampla. Ficou muito mais difícil a tarefa de produzir um modelo teórico que possa explicar as diferentes configurações e usos de “partido” e, portanto, de funcionamento do sistema político. Temos hoje em competição modelos tão diferentes que, mesmo restringindo a análise, é ainda muito grande a possibilidade de combinações e de usos.

Todas essas teses partem ainda da ideia mais geral de que o modelo neoliberal, especialmente no auge de sua vigência, nas décadas de 1990 e 2000, foi imposto pela direita à esquerda. Não há dúvida de que parte relevante da esquerda aceitou operar nos limites estreitos desse quadro de ação e que isso não veio sem consequências. Como não há dúvida de que o neoliberalismo continuará a tentar se restabelecer como modelo dominante — pelo menos naquelas partes do mundo em que teve expressão institucional duradoura. Ao mesmo tempo, vê-se hoje, com o declínio do modelo neoliberal, sinais de que, em alguns lugares pelo menos, a esquerda vai propor um acordo em sentido inverso: estabelecendo a pauta e a margem de ação para uma direita democrática. Em que termos, ainda resta ver. Isso, claro, se a democracia ela mesma sobreviver substantivamente.

Este livro parte da ideia de que a relativa fraqueza da esquerda no auge do período neoliberal levou parte relevante

dela a uma aliança com forças então hegemônicas, de maneira a conseguir fazer avançar outras pautas de combate às desigualdades que não aquelas antes centradas na relação direta entre capital e trabalho. Parte também da ideia de que essa situação se alterou de maneira significativa. De um lado, mais de uma década após o início da crise econômica mundial, em 2008, parte da esquerda retomou em muitos lugares o protagonismo, estando agora em condições de ela mesma propor um caminho. De outro, ao longo da década de 2010, forças autoritárias e abertamente fascistas se tornaram relevantes e conquistaram o poder também em muitos lugares, de maneira que não é possível ignorar a necessidade de uma aliança com forças democráticas de direita para isolar essas ameaças.

A diferença da situação atual está, portanto, a meu ver, em que, ao contrário do mundo das décadas de 1990 e 2000, pelo menos em alguns países estará muito provavelmente nas mãos das forças dominantes na esquerda propor os termos do novo pacto democrático. É essa diferença que vai determinar a política nas próximas décadas. É o que vai determinar se a organização da vida social ainda se dará em termos democráticos ou não, por exemplo. É o que vai determinar se e como novas esquerdas vão se organizar à esquerda do novo pacto que começa a ser celebrado em diferentes partes do mundo, já que, na correlação de forças atual, não está no horizonte uma ruptura emancipatória relativamente ao capitalismo. É o que vai determinar, por exemplo, se a esquerda da esquerda conseguirá — e de que maneira — ir além daquele que é hoje o seu limite teórico e prático, tão bem ilustrado pela concentração teórica em temas e problemas como o da desobediência civil, por exemplo.

Os resultados eleitorais regressivos que surgiram em vários lugares na década de 2010 não indicam uma tendência irresistível

da história. Provêm, antes de tudo, de tentativas de bloquear os potenciais democráticos que eclodiram no ciclo de revoltas no período 2011-3. Mas não só: movimentos regressivos se aproveitam do fato de que seus inimigos pouco têm a propor senão uma volta ao passado, um passado que já não pode ser restaurado, já que as mudanças são estruturais. Tampouco há algo como um movimento organizado de reconfiguração global que pretenda impor um novo modelo de compatibilização entre economia e política, entre um novo capitalismo e uma nova forma política. O que se tem é um ambiente de grande confusão, povoado por iniciativas diferentes de produção de reconfigurações da política. Deixar de ver a multiplicidade na confusão significa deixar de fazer constatações de mudanças estruturais e ignorar oportunidades de ação relevantes.

Movimentos regressivos como os que vemos atualmente são tentativas de controlar mudanças de fundo, que são as que mais resistem ao controle. Se saída democrática houver, será apenas com um salto adiante. Não há como voltar atrás. A democracia deixou de ser uma evidência, está em perigo. Mas estará tanto mais em perigo quanto mais se insistir em posições unicamente defensivas, que aspiram voltar a uma situação política anterior, cujo ancoramento na realidade já se perdeu. Neutralizar ou demonizar Junho, por exemplo, é caminho seguro para passar longe do que realmente está em jogo.

Junho e o ciclo global a que pertence trouxeram clareza política ao significado do declínio do modelo neoliberal, após a crise econômica global iniciada em 2007-8. O ciclo de revoltas de 2011 a 2013 voltou-se para os Estados nacionais em busca de soluções. Ao se pedir mais Estado e não menos, vai-se na contramão também das lutas antiglobalização dos anos 1990 e início dos 2000, que buscavam soluções globais, e não mais soluções nacionais. Os Estados nacionais, pressionados a retomar o papel que um dia tiveram, encontram grandes dificuldades

para responder às demandas. Ao menos nas condições fiscais e tributárias atuais. A cláusula geracional desapareceu do horizonte — a crise aguda dos sistemas de Previdência Social mundo afora é apenas a face mais visível dessa ruptura da solidariedade intergeracional. Não surpreende, portanto, que a ausência de soluções para problemas básicos venha acompanhada de discursos como o da “pós-democracia”, da “desdemocracia”, ou mesmo do “estado de exceção”.

E, no entanto, em cada lugar, as respostas a essa crise global são ambíguas e complicadas de entender e avaliar. Muito mais complicadas do que pensa a motoniveladora analítica que quer colocar de volta na garrafa o gênio da onda global de protestos a que Junho pertence. Seja para dizer que “tudo voltará ao normal”, seja para decretar a morte cerebral da democracia. Afinal, não é porque estão obsoletos que os sistemas partidários existentes vão se render. Algumas das maneiras de os sistemas políticos manterem o controle da transição em um momento de crise aguda é dando início a guerras, ditaduras e experiências neofascistas. Ou, ao contrário, fundindo-se ao Estado e à própria democracia, como se não houvesse alternativa.

Em ambiente de disputa entre modelos, em um quadro de desconexão entre sociedades e sistemas políticos, os partidos existentes — a despeito do modelo de partido que representam — levam enorme vantagem em manter o controle do sistema político. Porque, afinal, já se encontram fundidos ao Estado há muito tempo. No Brasil, isso ficou muito claro na resistência do sistema político a Junho, por exemplo. Não arredaram pé, não se reformaram, fizeram o mínimo de alterações na legislação eleitoral — como a aprovação da proibição de coligações em eleições proporcionais e de uma cláusula de barreira crescente a cada eleição até 2030. Contaram que a sociedade não teria mecanismos para contorná-los em suas posições de controle e de poder. O resultado foi a eleição de

Bolsonaro em 2018. Mas nem mesmo esse cataclismo alterou sua atitude de absoluto fechamento à sociedade e de manutenção de seu modo tradicional de operar.

Mesmo a diversidade sendo grande, alguns casos parecem paradigmáticos de tendências de desenvolvimento. É o que ocorre com o Chile, por exemplo, onde o ciclo de revoltas de 2011 não foi suficiente para desmontar os arranjos partidários existentes. Especialmente porque o pilar de centro-esquerda da política chilena, a Concertación — próxima nisso da Frente Ampla do Uruguai —, já incluía mecanismos de consulta, de disputa e de alternância entre os partidos que a compunham. Tal arranjo era poroso, de algum modo aberto a movimentos subterrâneos de forças sociais. Já o ciclo de protestos iniciado em 2019, ainda mais amplo do que aquele de 2011, levou ao rompimento dos arranjos existentes, o que resultou na aprovação da nova Constituinte, em 2020, e à eleição de Gabriel Boric em 2021.

O Chile parece bem ser um caso paradigmático na situação atual, no sentido de representar uma possível tendência. Depois de um momento de grande desorientação, em que apenas a extrema direita soube se infiltrar de maneira bem-sucedida nas rachaduras sociais e políticas trazidas pela crise econômico-mundial iniciada em 2007-8 e pela nova sociabilidade digital, na maioria dos casos atualmente são forças de esquerda que têm se destacado em termos de liderança no enfrentamento da regressão. Ao mesmo tempo, o movimento da esquerda em direção ao centro para formar alianças progressistas capazes de isolar e derrotar a extrema direita tem se mostrado igualmente um padrão.

Ainda assim, é de grande relevância distinguir nuances dentro desse padrão. Há casos em que as alianças são propostas desde a esquerda, há outros em que são propostas desde

centro-esquerda. É o que distingue o caso de Boric da proposta liderada por Lula em sua campanha em 2022, por exemplo. Mas, na medida em que comparações nesse campo são possíveis e cabíveis, são experiências próximas, de um lado, da aquela de Luis Arce, eleito presidente da Bolívia em 2020, e, de outro lado, da ascensão à presidência da Argentina de Alberto Fernández, em 2019. O que não exclui casos-limite preocupantes, como Andrés Manuel López Obrador no México, eleito em 2018, e Pedro Castillo, eleito presidente do Peru em 2021. Os diferentes resultados dessas diferentes experiências dentro desse novo padrão serão indicativos de caminhos futuros, de alternativas e de possibilidades.

Na Espanha, a plataforma Unidas Podemos, um movimento saído diretamente do ciclo de revoltas democráticas de 2011, seguiu o caminho da política institucional. Teve força suficiente para levar o sistema político às cordas, impedindo um acordo de cúpulas partidárias, simplesmente. Mas sua energia não foi suficiente para atropelar o sistema político e produzir um novo padrão de funcionamento. Algo semelhante pode ser dito do movimento que saiu do Occupy Wall Street, que, após apoiar Bernie Sanders em duas tentativas de obter a indicação para a candidatura à presidência, conseguiu mudar a agenda e algumas das práticas do Partido Democrata nos Estados Unidos.

Em Portugal, de 2015 a 2021, o processo foi diferente, mesmo a sua configuração tendo antecipado um modo de funcionar semelhante àquele que entrou em vigor em janeiro de 2020 na Espanha, em um governo de coalizão entre o Partido Socialista e o Unidas Podemos. Em Portugal, o caminho foi o de um acordo inédito de cúpulas partidárias que permitiu a instalação de uma geringonça de governo que governou à esquerda, buscando margem de ação onde parecia não haver, no quadro mais geral da política de austeridade europeia. O fato de, na eleição de 2022, o Partido Socialista ter conseguido sozinho

maioria no parlamento muda a configuração de sua luta política, mas se mantém como reforço dessa nova tendência de ter a esquerda como protagonista.

O contraste mais evidente aqui é com a França, em que não foi a esquerda a propor o caminho de um acordo progressista para barrar a extrema direita, mas a centro-direita. Esse outro padrão foi possível porque a fragmentação das forças políticas na França chegou ao ponto — inédito — de permitir que Emmanuel Macron disputasse o segundo turno da eleição presidencial de 2017 contra a extrema direita de Marine Le Pen. E vencesse. Doze meses antes da eleição, Macron criou um movimento de grande apelo para a classe média francesa e construiu assim uma base suficiente para furar o sistema partidário existente, realizando um governo de centro-direita que atropelou e engoliu forças tradicionais desse espectro. O desmoronamento do sistema partidário que ele provocou na França talvez não possa ser encontrado nos mesmos termos em outros países com democracias mais antigas.

O fato de Macron ter sido reeleito, em abril de 2022, não pode e não deve apagar outro fato igualmente de alta relevância: ele disputou o segundo turno de novo contra a candidatura de extrema direita de Marine Le Pen. Só que, dessa vez, a extrema direita contou com duas candidaturas de expressão (além de uma candidatura menos relevante eleitoralmente) que, somadas, alcançaram algo como 33% dos votos no primeiro turno. Isso para não mencionar o fato de que a candidatura da direita tradicional, apesar de ter se movido abertamente na direção da extrema direita, não alcançou, ainda assim, mais do que 5% da votação.

Os sistemas partidários, hoje caducos, continuam a ver as novas formas de organização política surgidas do ciclo de protestos como competidores a serem abatidos, e não como o prenúncio

de uma reorganização necessária. A tática de sobrevivência consiste em tentar reduzir a alternativa a uma escolha entre o establishment e o autoritarismo (e mesmo o fascismo e o nazismo). Com essa tática de avestruz, os sistemas políticos tradicionais conseguem apenas adiar o surgimento de novos arranjos que podem efetivamente bloquear a ascensão da extrema direita. E permitir, em um momento seguinte, o aprofundamento da democracia que — só ele — pode de fato preservar a democracia.

No mundo todo, onde quer que algo novo apareça, a novidade sempre inclui pelo menos algum arranjo entre os partidos tradicionais e os novos movimentos de base. Na maior parte dos casos, os partidos tradicionais querem engolir os novos movimentos e os movimentos querem atropelar os partidos. Quando nenhuma dessas coisas acontece, as mais variadas formas de convivência conflituosa são possíveis. O arranjo mais comum é o de uma competição entre os dois. Mas há casos em que o movimento é fundado com o objetivo de sustentar uma candidatura e criar uma nova força política capaz de atropelar os partidos estabelecidos. Foi o que ocorreu na eleição de Macron em 2017, por exemplo.

Uma das formas da convivência conflituosa é a que poderia ser caracterizada na fórmula adversários-parceiros. Nesse caso, um movimento de base desafia um partido não com o objetivo de desmantelá-lo, mas de obrigá-lo a se abrir para novas formas de fazer política. Isso pôde ser visto, por exemplo, na campanha de Bernie Sanders nas prévias às eleições presidenciais americanas em 2016 e 2020 para conseguir a candidatura pelo Partido Democrata, uma canalização das energias presentes no Occupy Wall Street, de 2011. A máquina do Partido Democrata barrou o caminho de Sanders em 2016, escolhendo Hillary Clinton como candidata, que perdeu a eleição para Donald Trump. Em 2020, a máquina partidária decidiu abrir mão de

seus poderes especiais de escolha de candidaturas, e Joe Biden venceu Sanders e, depois, a eleição presidencial.

Em sua luta pela sobrevivência, os sistemas políticos construíram uma estratégia sólida de chantagem: fundiram-se aos Estados nacionais. Atualizam com isso o velho bordão: ruim com eles, pior sem eles. Se os sistemas políticos existentes afundarem, os Estados nacionais afundam com eles. Os sistemas políticos nacionais se valem da volta do Estado ao centro da arena para dizer que uma coisa não vai sem a outra. Só que, com a rejeição generalizada aos sistemas políticos tal como eles funcionam, essa simbiose resultou até agora em um abraço de afogados, em uma crise de legitimidade da ação do Estado.

Contra essa orientação política suicida, a esquerda, onde tem conseguido triunfos eleitorais, propõe uma aliança progressista com a direita democrática para enfrentar a extrema direita. Uma aliança progressista em novas bases, segundo um programa que não é mais exatamente aquele do “neoliberalismo progressista” que dominou a política global em países democráticos dos anos 1990 até meados dos 2010. Isso é possível também porque parte relevante da elite do capitalismo global entendeu que será impossível fazer com que o próprio capitalismo sobreviva com os níveis de desigualdade produzidos pelo neoliberalismo triunfante dos anos 1990 e 2000. Para não falar na impossibilidade de manter o capitalismo funcionando em condições de emergência climática.

Apesar de tudo isso, o debate sobre o momento político atual ainda parece se organizar como se o neoliberalismo progressista estivesse em seu auge, e não em uma crise profunda. Mais do que isso, como se o neoliberalismo progressista ainda fosse uma possibilidade viável nos termos em que se deu. É essa premissa que faz com que o debate sobre o momento político atual se organize em torno de uma alternativa marcada pelas expressões “crise da democracia” e “regressão

fascista”, por exemplo. As denominações indicam posições ir-reconciliáveis. Não que quem use o rótulo “crise da democracia” ignore o risco autoritário, não que quem fale em “regressão fascista” ignore que a democracia perdeu seu lastro social, pelo contrário. Mas a maneira como cada lado vê a situação não encontra campo comum, teórico ou prático.

O lado “crise da democracia” da alternativa costuma estar associado a teorias dominantes na ciência política, habitualmente identificadas com perspectivas institucionalistas. Nessa vertente, domina o vocabulário do “populismo”, entendido como inimigo da democracia, não possuindo, portanto, nenhum potencial construtivo positivo. O diagnóstico aqui costuma envolver duas teses explicativas da crise (derivadas da teoria de que se parte): as pessoas querem que a democracia entregue o que ela não pode entregar; em conexão com isso, a crise revela elementos de instabilidade (institucionais ou extrainstitucionais) que antes se encontravam velados. Nessa vertente, as ameaças autoritárias, a crise econômica e a conexão com experiências históricas pregressas são tomadas no mais das vezes como exógenas, como meramente conexas a esse diagnóstico fundamental. E a única saída prática que vislumbra é voltar a um funcionamento da democracia pré-crise, uma volta no tempo com, talvez, algumas lições aprendidas.

O outro lado da alternativa, o da “regressão fascista”, costuma estar associado a teorias que buscam as raízes da crise atual como uma combinação de crise econômica, autoritarismo social cristalizado e ideologia neoliberal. Com a crise econômico-mundial de 2008, a aliança neoliberal de forças da esquerda e da direita em torno de uma democracia limitada e limitante teria fomentado a reorganização e o fortalecimento de forças sociais autoritárias como alternativa a essa mesma ordem neoliberal que levou à crise atual. Nesse tipo de interpretação, há quem veja em um “populismo radicalmente

democrático” uma saída prática possível; há quem simplesmente diagnostique um mergulho sem volta no autoritarismo, em processos de desdemocratização que só poderiam ser abolidos com a abolição do próprio capitalismo. Este, no limite, seria intrinsecamente não apenas autoritário, mas fascista.

As teses de diagnóstico do tempo presente esboçadas nesta introdução procuram inserir em um quadro global não apenas a ascensão de Bolsonaro ao poder, mas também Junho de 2013, tomado como marco de referência da reconstrução proposta. A expectativa é de que os desenvolvimentos nos capítulos subsequentes tornem plausíveis, justifiquem e desenvolvam essas premissas gerais. É também uma introdução no sentido de indicar de que maneiras todo o material mobilizado tem sempre como pano de fundo a explicação do quadro brasileiro. Mesmo quando a discussão é de caráter mais geral do que o caso brasileiro, seja em termos teóricos ou de investigações empíricas.

Limites da democracia foi a síntese que encontrei para as análises que proponho da queda, das crises e das regressões do momento atual. Porque, como afirmou Marx mais de uma vez e de diferentes maneiras, crises são momentos privilegiados para o entendimento do que seria o funcionamento “normal” da sociedade capitalista. Mas também nisso Marx depende de Hegel e de sua advertência incontornável: para estabelecer um limite é preciso já tê-lo ultrapassado de alguma maneira, é preciso já estar além dele. Na tradição do idealismo alemão, estar além do limite significa aceitar como inevitável que a própria posição teórica carrega com ela uma disposição prática — uma “normatividade” — que tem de ser pensada em conjunto com a teoria.

No caso da Teoria Crítica, esse horizonte normativo é uma sociedade emancipada, livre de dominação. Uma normatividade que não pode e que não deve sair da cabeça de quem faz

teoria, que não deve ser um exercício de imaginar mundos perfeitos. A normatividade própria da Teoria Crítica resulta da crítica e da ação. Crítica das teorias que ela considera como “tradicionais” (porque não orientadas pela emancipação). Teorias que recalcam sua própria normatividade, já que não é possível produzir teoria e conhecimento que não estejam já em imbricação com a prática de alguma maneira. Crítica de posições tradicionais que se pretende simultaneamente crítica da própria dominação na sua forma presente. Forma de dominação que só pode ser entendida mediante a produção do diagnóstico mais preciso e complexo possível do tempo presente.

Por aí já se vê que “limite” tem múltiplos significados. Da perspectiva de uma teoria de extração tradicional, pode significar a fixação prévia daquilo que a “democracia” é, daquilo que lhe seria intrínseco e imutável. Pode significar, no mesmo sentido, a fixação prévia do que a democracia pode e daquilo que não pode oferecer. Como pode circunscrever um limite “além do qual” não há democracia. Como pode significar ainda um modelo ideal já disponível em teoria, mas que ainda precisa ser realizado na prática. Em sentido contrário, limite pode indicar o que a democracia poderia ser, mas não é. Nesse caso, não há fixação prévia do que seja a democracia, mas uma visão de que os próprios limites estão em disputa. Ou, dito de outra maneira ainda: o que é democracia (e o estabelecimento de seus limites, portanto) é o objeto mesmo da disputa política. Na teoria e na prática. Há ainda posições inteiramente estranhas a esses dois posicionamentos, que se valem da defesa da democracia em sentido meramente instrumental e estratégico: posições autoritárias que se reivindicam da democracia apenas para estabelecer pela força e pela violência o que é “democracia”.

Essa maneira de apresentar a dificuldade, de enfrentar a dialética do limite de Hegel, está longe, por isso, de resolvê-la.

São múltiplas as dimensões da caixa de Pandora filosófica que Hegel abriu com sua formulação. Minha tentativa de explicar o título se resume a uma descrição de meu ponto de partida. Minha resposta a ele se encontra nas análises concretas que ofereço dos múltiplos aspectos do problema do limite neste livro.

O capítulo 1 pretende dissolver o amálgama entre determinadas teorias da democracia e a própria democracia. Como se a própria democracia deixasse de existir caso a teoria deixasse de conseguir explicar como a democracia funciona. Para isso, contrasta a tese explicativa do pemedebismo com outras teses com objetivos semelhantes, especialmente com aquela que se convencionou chamar de presidencialismo de coalizão. É um ponto de partida que estabelece como foco principal deste livro a compreensão do sistema político. O que não significa, entretanto, como buscarei mostrar, tentar explicar o sistema político por si mesmo, exclusivamente em termos de seu funcionamento interno.

O capítulo 2 se dedica a localizar o momento em que nos encontramos segundo uma perspectiva histórica mais longa, sobretudo no período que engloba desde o imediato pós-1945 até o momento atual. O que inclui as mudanças introduzidas pela nova sociabilidade digital e suas condicionantes estruturais — enormemente potenciadas pelo isolamento e pelo distanciamento social impostos pela necessidade de combater a pandemia de Covid-19 iniciada em março de 2020, como sabemos.

Os capítulos 3 e 4 se dedicarão mais diretamente à tarefa de mobilizar os resultados teóricos obtidos nos dois primeiros capítulos para tentar responder a uma das perguntas de partida centrais deste livro, aquela sobre as origens da ascensão de Bolsonaro e do bolsonarismo. O capítulo 3 pretende reconstruir o período 2013-8 sob dois aspectos: da perspectiva mais longa da ascensão das “novas direitas” e do ponto de vista do ambiente institucional em colapso desde 2013. Para isso, começa

distinguindo devidamente termos que costumam vir amalgamados: “Junho”, “novas direitas”, “Bolsonaro”. Com isso, tornou-se possível reconstruir a candidatura de Bolsonaro a partir de 2015 em novos termos. Assim como foi possível descrever a crise aguda do pemedebismo no período 2015-8 em novos termos. A conjunção permite mostrar sob nova luz de que maneira a candidatura antissistema de Bolsonaro pôde, afinal, ser a grande beneficiária de um movimento muito mais amplo, conseguindo contornar os dispositivos de controle e de poder bem estabelecidos ao longo de duas décadas, para dizer o mínimo.

O capítulo 4 se ocupa do governo Bolsonaro, tal como se desenrolou de 2019 a meados de 2022. Pretende responder a outra pergunta central de partida deste livro, aquela sobre a relativa estabilidade da base de apoio social e eleitoral de Bolsonaro ao longo do tempo. Para isso, desenvolve a relação entre o específico estilo de governar de Bolsonaro e o processo de coadaptação de seu projeto autoritário com vistas à destruição das instituições democráticas com os interesses de autoproteção do sistema político em relação à justiça. Esse amálgama é qualificado como a forma-limite do pemedebismo, como a combinação entre o partido digital bolsonarista, que se vale da institucionalidade democrática para destruí-la, e o modo de funcionamento tradicional da democracia brasileira desde a redemocratização.

Este livro é uma sequência de *Imobilismo em movimento*. Mas uma sequência bastante peculiar. Sob muitos aspectos, não se trata exatamente de uma continuação. Talvez apenas os capítulos 3 e 4 sejam mais próximos do estilo e do espírito do livro de 2013. Por isso, entendo ser possível ir diretamente a esses dois capítulos, caso seja do interesse de quem agora lê esta introdução. Talvez seja até um caminho que permita posteriormente ler com mais proveito os dois primeiros capítulos.

Em *Imobilismo*, o objetivo didático, o caráter de intervenção e o longo período reconstruído (1979-2013) foram empecilhos à inclusão de todas as referências e debates sobre cada questão examinada. Fazer isso teria tornado o andamento ainda mais sinuoso e a leitura bem mais acidentada. Esta peculiar sequência que apresento aqui pôde se deter em um exame muito mais detalhado de alguns dos nós de problemas e de debates de anos recentes. Na comparação com *Imobilismo*, a teoria política de que é necessariamente impregnado qualquer trabalho como este é aqui muito mais explícita e explicitada, por assim dizer. Em primeiro lugar, porque acredito que o momento que vivemos requer exames desse tipo para que possamos produzir verdadeiros balanços e pensar em decisões estratégicas para o futuro, tanto teóricas como práticas. O mundo virou de ponta-cabeça, e não raro temos a sensação de que a teoria continua no mesmo lugar. Além disso, este é um livro que tem o benefício de poder já partir de vários resultados de *Imobilismo*. E isso permite tanto mais facilmente — assim acredito — concentrar esforços no debate com referências bibliográficas importantes que, em *Imobilismo*, não foram mencionadas e discutidas de forma explícita. Assim como este livro pôde também se beneficiar de muita coisa interessante que foi publicada desde 2013.

Em outros sentidos ainda, este livro é uma continuação peculiar de *Imobilismo*. O livro de 2013 tratou do nascimento do pemedebismo e de suas sucessivas figuras, com destaque para a configuração que assumiu no grande arranjo político do Plano Real, de 1994 a 2013. Já este novo livro trata da crise do pemedebismo — que é, não por acaso, seu auge e seu limite, mas também o instante do completo desnudamento desse modo de funcionamento do sistema político, como costuma acontecer em momentos de crise aguda. *Imobilismo* tratou de reconstruir a história da constituição do pemedebismo em um período relativamente longo, o que favoreceu a adoção de uma sequência

cronológica mais ou menos estrita, com peso para a sequência factual de eventos. Já este novo livro pôde atribuir menor peso à reconstrução factual dos acontecimentos. Em especial, porque é um momento histórico muito mais próximo da vivência da maioria das pessoas que habitam este início de década de 2020.

Ainda assim, nem sempre a restrição da reconstrução ao período 2013-22 favorece a tentativa de manter o foco. Porque não se trata de um período qualquer, não são quaisquer dez anos. São dez anos de brutal crise econômica e social, de instabilidade política permanente, de desastres ambientais sem precedentes, de ameaça direta à democracia e à vida. É enorme a quantidade de temas e de problemas que emergem em um tempo como esse, de acúmulo e superposição de crises tão severas, profundas e duradouras.

Por fim, como no caso de *Imobilismo*, também este é um livro escrito a quente. Sob esse aspecto, também é uma obra de intervenção, ainda que com características diferentes da de 2013, publicada logo após as revoltas de Junho. Como todo evento que estabelece um antes e um depois, também Junho veio com potenciais de transformações positivas e negativas, com tendências de avanço e de regressão. Junho ficou para trás, mas não passou. Ao contrário, abriu uma etapa da história do país. Uma etapa em que ainda nos encontramos.

Em alguns momentos, foram retomados, neste livro, trechos específicos de textos já publicados. Como as colunas semanais que escrevi para o jornal *Valor Econômico* nos anos 2015 e 2016, como textos que publiquei na revista *piauí* e no seu site nos anos 2018 e 2019, como os artigos que saíram nos jornais *Folha de S.Paulo* e *Nexo* e nas revistas *Rosa* e *Le Monde Diplomatique Brasil*, em 2020 e 2021. Também foram retomados aqui textos publicados na revista *Novos Estudos*, em 2014 e 2016 e, nos anos de 2020 e de 2021, nas revistas *Brésil(s)*, *Raisons Politiques* e *Le Philosophoire*.

Neste livro, procurei me concentrar naqueles aspectos não abordados ou não desenvolvidos em tentativas de síntese anteriores, principalmente sobre a eleição de Bolsonaro e seu governo, mas também sobre o tema da “crise da democracia”, de maneira mais ampla. Quando se mostrou necessária a retomada de argumentos, procurei me limitar ao estritamente necessário ao recorrer a propostas de síntese anteriores, mas em alguns momentos não consegui produzir formulações mais adequadas do que as anteriormente publicadas, como as do capítulo para o livro *Ideologies in World Politics*, organizado por Klaus-Gerd Giesen, e do volume *Ponto-final: A guerra de Bolsonaro contra a democracia*, ambos publicados em 2020; bem como, em 2021, do capítulo “Crise da democracia e crise das teorias da democracia”, do volume organizado por Mauricio Fiore e Miriam Dolhnikoff em comemoração dos cinquenta anos de fundação do Cebrap.

Por fim, mas não por último: foi no espírito das discussões sempre francas, sempre diretas e sempre convivias do Cebrap que este livro foi escrito. Espero que esteja à altura desse espírito e dessa tradição.

3. Das “novas direitas” à eleição de Bolsonaro

Ao longo de treze anos, de 2003 a 2016, o PT liderou sucessivos governos quase inteiramente analógicos. Baseando-se em experiências de administração local do partido nos anos 1990, inovadoras naquele momento, o PT entendeu que bastaria estendê-las ao nível do poder federal para alcançar o impulso democratizante que pretendia. E, segundo algumas visões, também para governar.¹ Foi assim que os governos petistas criaram conselhos e realizaram conferências nacionais de políticas públicas, introduziram mecanismos de participação e fóruns interconselhos.

No mesmo período, grupos identificados pelo nome genérico de “novas direitas” começaram a se organizar nas redes, que viriam a ser o grande novo espaço da política. Esse novo espaço foi também ocupado, mais ou menos ao mesmo tempo, ao longo dos anos 2000, por “novas esquerdas”, que se tornaram especialmente visíveis a partir de Junho de 2013. Não é de espantar, portanto, que a conjunção desses movimentos subterrâneos, invisíveis na esfera pública formal, que foi Junho de 2013, tenha surgido como surpresa e como ameaça não só para governos petistas, mas para o sistema político como um todo.²

Mesmo tendo tido grande protagonismo em Junho como instigadoras, fomentadoras e organizadoras de manifestações pontuais iniciais, as novas esquerdas ocuparam um espaço menor quando comparadas às novas direitas na agitação das redes.

Não por último porque a esquerda tradicional ocupou, durante todo o período de ascensão das novas direitas, o poder federal, sob a liderança do PT. Mais que isso ainda, as novas esquerdas continuaram a mudar a face da política para além de Junho, como o demonstram os Comitês Populares da Copa e as chamadas primaveras feminista e secundarista, por exemplo, além do surgimento da Coalizão Negra por Direitos.³

Conceder destaque aqui às “novas direitas” não significa, portanto, diminuir a importância e a relevância das “novas esquerdas”, antes pelo contrário. Significa apenas — como já enunciado desde a abertura deste livro — aceitar o pressuposto dominante no debate de reconstruir os eventos segundo o ponto de fuga da eleição e do governo de Bolsonaro. O que deve permitir mostrar as limitações desse pressuposto implícito e não discutido do debate em torno do momento atual, inclusive.

Mas há ainda outras razões para essa maneira de proceder. Não resta dúvida de que a ascensão da extrema direita global foi uma reação, uma ascensão que se deu em bases antifeministas, racistas, homofóbicas, xenofóbicas. Mas apresentar as novas direitas nesses termos significaria confundi-las com a extrema direita, mais um dos amálgamas que considero indispensável dissolver para entender como chegamos até aqui e como, talvez, poderemos sair.⁴ Além disso, mesmo dissolvido o amálgama, resta ainda o equívoco, grave a meu ver, de enxergar a ascensão da extrema direita *unicamente* em termos de reação a movimentos de intenção emancipatória.

Porque entender a ascensão da extrema direita apenas em termos de reação às lutas emancipatórias não permite entender o que essa ascensão efetivamente representa, reduzindo-a a uma compreensão meramente negativa. E sem compreender a extrema direita em termos do que efetivamente representa, não conseguiremos avançar em nosso conhecimento da situação atual. Além disso, a posição teórica (e prática) de entender

a ascensão da extrema direita apenas em termos de reação superestima a força dos novos movimentos emancipatórios, distorcendo a própria compreensão da correlação de forças política em que deve se dar o combate ao autoritarismo no presente.

Tomando o sistema político como referência, no capítulo 1, procurei descrever a crise do pemedebismo de um ponto de vista por assim dizer “interno”, segundo a lógica autodestrutiva que continha em germe desde a sua refundação pelo Plano Real, em 1994. Por contraste, no capítulo 2, o que esteve em questão foi um ponto de vista por assim dizer “externo”, buscando esboçar um quadro das novas bases sociais da prática política segundo a nova sociabilidade digital em suas conexões com a política formal. A intenção foi permitir entender as condições para a emergência de uma oposição social extrainstitucional como a que emparedou o sistema político no Brasil, sobretudo no período 2015-8, e que procurarei descrever neste capítulo, tentando reunir, assim, essas duas perspectivas, sempre tendo como ponto de fuga a eleição de Bolsonaro, em 2018.⁵

Como anunciado na introdução, a tese explicativa fundamental que apresento para o período de crise aguda do pemedebismo, o período 2015-8, diz que nesse momento se formou uma oposição extrainstitucional com razoável unidade, grande força política e significativa capacidade de mobilização. Não se tratou de uma oposição a um partido ou a um governo, mas de uma oposição antissistema, antiestablishment. Atacava o governo de plantão, por certo, qualquer que fosse o nível de governo ou o partido no poder. Mas não era uma oposição a um governo determinado. A origem da formação dessa oposição extrainstitucional pode ser encontrada sobretudo — ainda que não exclusivamente — nos diferentes movimentos dos anos 2000, que vieram a ser conhecidos posteriormente pelo nome de “novas direitas”.⁶

É algo bem estabelecido que Jair Bolsonaro se elegeu presidente em 2018 aproveitando-se de uma janela única formada por toda uma conjunção de fatores de caráter peculiar. Mas isso não significa de nenhuma maneira dizer nem que Bolsonaro seria por isso um “presidente accidental” — como já enfatizado no capítulo 1 — nem que uma mera afirmação como essa possa remotamente equivaler a uma explicação. Para isso, é necessário mostrar como o período 2015-20 foi de uma perda de controle da política pelo sistema político que, no entanto, não resultou em um controle por parte de alguma força política alternativa, paralela, seja sob a forma de uma organização diretamente partidária, seja de uma organização unitária de caráter mobilizador da energia social de protesto dispersa e difusa que se mostrou particularmente visível em Junho de 2013.

É certo que Junho de 2013 mostrou que a blindagem pemedebista era vulnerável. Durante todo o segundo semestre daquele ano, o que se viu foi um sistema político atordoado, sem saber como responder a uma inédita perda relativa do controle da política. E, no entanto, apesar da perda relativa de controle da política pelo sistema político, não se formou naquele momento um polo de poder alternativo ao próprio sistema político, seja à direita, seja à esquerda. Ao mesmo tempo, a reação do sistema político foi de clara recusa de qualquer tipo de reforma, de recusa a qualquer abertura para novas vozes surgidas na sociedade e, de diferentes maneiras, politicamente articuladas — fossem elas de uma nova direita ou de uma nova esquerda.

Foi assim que essas novas forças se tornaram antiestablishment, antissistema. Como não encontravam canalização institucional possível, o único caminho possível foi o de se organizar em termos de uma oposição extrainstitucional. E foi aí que a decisão do PT como líder do condomínio pemedebista naquele momento de cerrar fileiras com o sistema político contra esses impulsos antissistema foi determinante para que eles

fossem organizados e canalizados pela direita, em sentido amplo. A característica histórica da esquerda como força antissistema passou, assim, para as mãos da direita. Mas não para as mãos da direita tradicional, encastelada no sistema político, regida pela lógica do pemedebismo. Para as mãos de “novas direitas”, justamente.

A expressão novas direitas pretende indicar que não se tratava de um movimento unificado, apesar de muitas tentativas nesse sentido terem sido feitas ainda nos anos 2000. Tratava-se de fato de um arquipélago de vozes, grupos, ideologias — e interesses, evidentemente. Ainda assim, enquanto força política tornada antissistema, essa oposição extrainstitucional necessitava de um escudo comum para fazer oposição. Um escudo bastante amplo e eficaz para impedir que o sistema político retomasse o controle da política. Um escudo que tivesse pelo menos um pé na institucionalidade que era vista como a inimiga a ser destruída, como o sistema a ser abatido, como o establishment a ser derrubado.

Essa multiplicidade de vozes que formaram essa oposição extrainstitucional encontrou na Operação Lava Jato esse escudo. Nesse sentido, a Lava Jato é o que há de peculiar no capítulo brasileiro das “crises da democracia”. Mas não só. A outra peculiaridade da crise da democracia brasileira está no fato de um partido digital de extrema direita ter encontrado nas ruínas do pemedebismo sua configuração. Dito de outra maneira: com a candidatura Bolsonaro, a oposição extrainstitucional descambou para uma oposição anti-institucional. E a história dessa viragem precisa ser contada em detalhe, ela não estava escrita desde sempre, esse resultado não estava dado de antemão, ainda que as interpretações dominantes sobre Junho partam dessa premissa infundada.

A seção I deste capítulo tem como foco apresentar as chamadas “novas direitas” em seu desenvolvimento e em sua paulatina

configuração em termos de oposição extrainstitucional durante os governos petistas, de 2003 a 2016. A seção II procurará mostrar como esses desenvolvimentos, com suas contradições e conflitos, correm em paralelo à construção da candidatura de Bolsonaro à presidência da República, bem como em que termos se deu a aproximação entre parte dessas novas direitas e essa candidatura. Caberá, por fim, à seção III reconstruir a crise do pemedebismo, especialmente no período 2015-8, do ponto de vista da expressão no sistema político dessas movimentações sociais profundas.

Em certo sentido, essa reconstrução da crise tal como se configurou em termos institucionais no período 2015-8 significará também uma retomada, em novo patamar, da cristalização das divisões e dos conflitos no ambiente das novas direitas. E isso não só porque esse é também o momento em que a oposição extrainstitucional conseguiu — valendo-se do escudo da Lava Jato, especialmente — emparedar o sistema político como um todo. Também a atuação do então presidente da Câmara dos Deputados, Eduardo Cunha, foi decisiva para consolidar uma fratura em germe, dividindo essa frente extrainstitucional em duas grandes vertentes, a “liberal-conservadora” (depois simplesmente “conservadora”) e a “lavajatista”. Ao mesmo tempo, a Lava Jato jamais teria tido a força institucional que teve se não tivesse recebido do STF e da Procuradoria-Geral da República apoio incondicional durante cinco anos para realizar esse emparedamento do sistema político, de 2014 a 2019.⁷

Para que seja possível compreender a emergência e o desenvolvimento dessa “oposição extrainstitucional”, entretanto, é necessário desfazer alguns amálgamas que, na minha visão, bloqueiam a compreensão dos “dez junhos” de 2013 a 2022. É com esse objetivo que a seção I será também dedicada a distinguir dois amálgamas: de “Junho” com “Bolsonaro e o

bolsonarismo”, de “novas direitas” e “bolsonarismo”. Desfazer esses amálgamas será ao mesmo tempo minha maneira de apresentar, em sua peculiaridade, as “novas direitas” brasileiras em sua história e desenvolvimento.

I. “Novas direitas”, Junho, Bolsonaro

Sobre os antecedentes da eleição de Bolsonaro não sabemos — ou eu não sei, pelo menos — tanto quanto já se sabe sobre a história pregressa da eleição de Donald Trump, em 2016, por exemplo.⁸ Aliás, na comparação internacional, há muitíssimo que não sabemos sobre processos tão fundamentais para a compreensão do momento presente da história brasileira, como os processos de transmissão da crise econômico-mundial desencadeada em 2008.⁹ No caso dos antecedentes da eleição de Bolsonaro, o que temos, como já mencionado, são trabalhos de grande qualidade sobre o surgimento e o desenvolvimento das chamadas “novas direitas”. E, como veremos adiante, pistas importantes sobre o papel das forças de segurança, do eleitorado evangélico e do agronegócio nesse processo. Todas peças-chave para a compreensão de como chegamos até aqui.

No “Anexo” a *Ponto-final*, argumentei em favor da necessidade de afastar as duas vertentes interpretativas dominantes das crises superpostas que caracterizam a vida do país desde 2013, organizadas seja em torno da tese que denomino “ovo da serpente”, seja de uma tese segundo a qual a crise política derivaria de uma “falha de desenho institucional” que pode mesmo ser atribuída à própria Constituição de 1988. O capítulo I apresentou uma crítica ao caráter ad hoc da tese da “falha de desenho institucional”, cuja versão mais saliente é a de Levitsky e Ziblatt e que poderia ser condensada na fórmula “quebra das regras informais de funcionamento das instituições”.¹⁰

Agora, meu esforço será de mostrar as dificuldades da tese do “ovo da serpente”.

Como não seria possível reunir aqui todos os trabalhos que considero partilharem, em alguma medida, dessa tese, dada sua impressionante amplitude e difusão, tomarei os escritos de André Singer como emblema dessa vertente explicativa.¹¹ A vantagem de tomar a posição de André Singer como emblema está na sofisticação de sua interpretação de Junho. O autor não deixa de reconhecer, por exemplo, que, na “ausência de uma resposta à esquerda, a não ser aquela oferecida pelo Psol e agremiações com menor inserção institucional, o centro e a direita ocuparam o espaço, propondo que se tomasse a direção oposta”.¹² No mesmo sentido, procura entender Junho em termos de “classes cruzadas” e de “ideologias cruzadas”, e não simplesmente como manifestações de direita, sem mais.

E, no entanto, toda a tentativa de manter a complexidade da análise não o impediu de chegar à conclusão de que já desde o seu quinto dia — segundo o calendário paulistano, não há como deixar de notar o privilégio local — de manifestações, já no dia 18, portanto, Junho de 2013 teria se tornado “de direita”. Mais que isso, Singer identifica o “lulismo” como o alvo por excelência desse Junho tomado pela direita já em seu desenvolvimento inicial: “No afã de atingir o lulismo, erigido em perigo público, a direita apostou no ‘*que se vayan todos*’, mesmo com algum prejuízo às administrações dirigidas pelo PSDB”.¹³

O trecho é tanto mais significativo porque identifica implicitamente “direita” e “PSDB”, identifica “direita” com a direita estabelecida do sistema político. É o tipo de identificação que desconhece a possibilidade de que essa “direita” se oponha à direita estabelecida no sistema político. É o tipo de identificação que desconhece inteiramente o caráter antissistema da expressão de que se valeu, o “*que se vayan todos*”. De maneira ainda mais ampla, é o tipo de identificação que desconhece

o caráter antissistema — e não de antemão “de direita”, portanto — que caracteriza Junho, que é, entretanto, o que indicam os dados de que se vale o próprio autor.¹⁴ Caráter antissistema que está presente, aliás, no próprio ciclo de protestos globais de 2011 a 2013, caráter que, portanto, não determina de antemão um resultado de politização à direita.

Mas Singer não se limitou a amalgamar “Junho” e “direita”. Estendeu a identificação a Bolsonaro e ao bolsonarismo: “Começa ali o crescimento de grupos que iriam desaguar na pré-candidatura direitista de Jair Bolsonaro à Presidência da República em 2015”.¹⁵ Acontece que, em 2015, Bolsonaro ainda não contava com novos grupos de apoio.¹⁶ Suas bases tradicionais se tornaram então mais densas por meio de um trabalho nas redes sociais, especialmente após a estreia de sua página no Facebook em 2013, assim como houve uma tentativa de aproximação maior de denominações evangélicas e de nacionalização de sua atuação política. No entanto, essencialmente contava com sua base eleitoral de sempre, aquela ligada às Forças Armadas e de segurança em geral,¹⁷ e, a partir de 2011, com algum eleitorado evangélico.¹⁸

No momento em que Bolsonaro dá os passos quase simultâneos rumo a uma digitalização de sua atuação política e a uma nacionalização de sua atuação na forma de uma candidatura presidencial, essa base deixa de estar concentrada apenas no estado do Rio de Janeiro — em que obteve, já em 2014, extraordinária votação para deputado, tendo sido o candidato mais votado — e passa a contar com núcleos de apoio por todo o país. Mas ela se vale decisivamente dessas redes — elas mesmas nacionais — para se adensar. Esse é o sustentáculo inicial da candidatura de Bolsonaro, aquele que esteve com ele desde 2015, justamente.

Não há nenhuma evidência para além disso de que “grupos” tenham “desaguado” na pré-candidatura de Bolsonaro em 2015.

Todas as evidências de que se dispõe dizem exatamente o contrário, aliás.¹⁹ Nem por isso acho que a afirmação de Singer — desprovida de apoio factual, a meu ver — deixa de ser representativa de uma posição muito difundida, que vê em 2013 o germe da vitória de Bolsonaro em 2018.

Entendo que não caiba falar de “falácia” no caso da tese subjacente — a tese do “ovo da serpente”, em suas diferentes versões — porque é uma tese que visa produzir, em termos políticos, uma justificativa e uma justificação para a incapacidade da esquerda então no poder federal — bem como do conjunto do campo progressista, de maneira mais ampla — de dar uma resposta inovadora a Junho. O que, no caso, equivale simultaneamente a uma justificativa e a uma justificação para as decisões táticas e estratégicas que caracterizaram os anos de governo petista.²⁰ De modo que, antes de passar à próxima tarefa, a de distinguir Bolsonaro e o bolsonarismo das “novas direitas”, entendo ser necessário me deter um pouco mais sobre esse ponto.

Interpreto as análises de André Singer de 2013 em diante como fundadas, em última análise, na ideia de que o “reformismo fraco”²¹ de Lula teria encontrado seu limite no governo Dilma, que teria ido além dos limites do modelo, teria “cutucado onças com vara curta”.²² Entendo que esse posicionamento tem como resultado justificar os governos petistas, na medida em que apaga a opção prévia desses governos por uma ocupação do pemedebismo pela esquerda. Ou seja, Singer substitui os limites impostos pelo pemedebismo do sistema político a que os governos petistas aderiram pela ideia de limites que estariam dados por um suposto conservadorismo da população brasileira em seu conjunto.²³

Pretendo indicar com isso que a tese explicativa de Junho como “ovo da serpente”, em suas muitas versões e variantes, vem sempre acompanhada de uma defesa implícita ou explícita

dos governos petistas de 2003 a 2016, bem como de uma justificativa e de uma justificação para a incapacidade da esquerda de oferecer caminhos políticos para as revoltas de 2013. Como se se tratasse de um fenômeno da natureza — de uma “onda” conservadora, como se passou a dizer a partir de 2015 — contra o qual nada poderia ter sido feito a não ser se proteger e esperar passar. Como se Junho fosse, enquanto tal, na sua origem e inescapavelmente, “de direita”, cabendo à esquerda simplesmente se recolher e esperar dias melhores. Como se a virada à direita não tivesse sido resultado também de decisões táticas e estratégicas da esquerda, especialmente no período em que ocupou o poder federal.

Nesse quadro, a explicação para a virada à direita como resultado da ação de governos petistas é sempre favorável a esses mesmos governos, sempre positiva. É a explicação segundo a qual a virada à direita veio como reação à diminuição da desigualdade nos governos petistas, como reação de uma “classe média espremida” desde baixo pela ascensão de grupos antes relativamente muito mais distantes em termos de renda, consumo e prestígio social.²⁴ Trata-se, a meu ver, de uma tese que ainda está à espera, se não de comprovação empírica, ao menos de indícios plausíveis e convincentes. Seja por meio de estudos de natureza antropológica e sociológica abrangentes o suficiente, seja porque nem mesmo está estabelecido que houve de fato diminuição da desigualdade (e em qual sentido de desigualdade) ao longo dos governos petistas, ainda que seja indiscutível que houve uma melhoria geral dos padrões de vida, das condições de vida, inclusive dos mais pobres.²⁵

Mas o que realmente importa para o argumento aqui é que a tese da “classe média espremida” integra o arsenal de justificativas e de justificações para o que seria o acerto fundamental dos governos petistas. E é esse o seu sentido ideológico mais

profundo e mais importante. Porque, além de se combinar perfeitamente com a tese mais geral do “ovo da serpente”, é uma tese que também se combina à perfeição à mitologia interessada de que Fernando Haddad teria perdido a eleição em 2018 unicamente por causa do “antipetismo” e de “fake news”.²⁶

Ou seja, uma vez mais, nem as decisões da campanha de 2018 nem dos próprios governos petistas ao longo de treze anos nem do modo de funcionamento do sistema político desde 1994 teriam qualquer responsabilidade pela ascensão de Bolsonaro. Não há dúvida de que a discussão nesses termos é de capital importância política. Mas não faz avançar em nada nosso conhecimento. Muito menos faz aprender. Porque resulta em mera defesa da inação e da incapacidade política de parte da esquerda que, ao mesmo tempo, não põe em questão o modelo de gerenciamento pemedebista do sistema político durante todo o período do acordo do Real. Sobretudo, trata-se de uma defesa que bloqueia o entendimento da ascensão de Bolsonaro e do bolsonarismo — e, nesse sentido, bloqueia também a visão das saídas para a ameaça autoritária.²⁷

Para tentar evitar esses resultados, passo agora ao esforço de desfazer um segundo amálgama bastante corrente nas interpretações, aquele entre “novas direitas” e bolsonarismo.²⁸ Entender as “novas direitas” é o mesmo que entender como grupos e públicos que se consideravam à margem tanto da esfera pública formal como de qualquer influência sobre os rumos do sistema político se valeram dos novos recursos digitais para se fazer ouvir, para debater e para se organizar.²⁹ Podem ser caracterizados como “contrapúblicos”.³⁰ Em termos de sua relação agressiva e conflituosa com a política institucional, esses contrapúblicos das “novas direitas” se compõem de “outsiders conectados”, para retomar a caracterização de Paulo Gerbaudo.³¹ Como escreve Camila Rocha, “foi especialmente importante o surgimento da rede social Orkut, criada

em 2004, que acabou por se tornar o espaço principal de formação de arenas discursivas que dariam origem à nova direita brasileira”.³²

Para tentar entender a importância do Orkut como plataforma inicial de politização, pode-se tomar, por contraste, o ambiente virtual nos Estados Unidos no mesmo período. A pesquisa em torno dos ambientes digitais nos anos 2000 mostra que um dos celeiros de politização foi o ambiente do lulz, o ambiente da “zoação” ou da “zoeira”. Era um ambiente que utilizava plataformas como o 4Chan, em especial o board /b/, conhecido também como random, criado juntamente com a plataforma, também no ano de 2004. Um ambiente em que hackers e gamers, com garantia de anonimato, postavam sem filtro e sem qualquer tipo de censura ou de autocensura, em busca do reconhecimento da comunidade por meio de repostagens que jogavam o conteúdo repostado novamente para o alto do board, dentro da mais pura lógica de captura da atenção. Não por acaso, foi essa também a primeira grande fábrica de memes do planeta.

Com o surgimento do Occupy Wall Street, em 2011, parte dessa comunidade, especialmente aquela reunida em torno do Anonymous, decidiu apoiar o movimento, produzindo uma crise na lógica de liberdade de expressão sem qualquer limitação defendida no ambiente da zoeira. Em repúdio a essa politização à esquerda, parte da comunidade gamer passa a antagonizar violentamente quem fez essa opção. Esse choque resultou, na sequência, em uma politização à extrema direita de parte da comunidade, especialmente pela canalização oferecida por veículos como Breitbart News, dirigido por Steve Bannon.³³

Como já mencionado, é difícil construir paralelos porque — ao contrário dos Estados Unidos — sabemos muito pouco sobre o financiamento de todas essas iniciativas, por exemplo. Mas é possível dizer que o ambiente da zoação não operou da

mesma maneira no Brasil. Talvez porque tenha lhe faltado uma plataforma como o 4Chan, acessível apenas para quem dominava o inglês, talvez porque a lógica das comunidades do Orkut, formatadora das experiências de plataforma no país, não tivesse espaço semelhante, talvez pelas duas coisas e mais outras tantas. O fato é que, no Brasil, a formação das novas direitas se dá em um ambiente de arquipélago, multipolar, sem uma plataforma comum, sem mesmo uma referência compartilhada pelos inúmeros grupos.

O espaço do Orkut foi radicalmente diferente do espaço dos “chans”, e isso importa muito em termos da estruturação desses contrapúblicos e de suas organizações políticas. Mas há ainda outro elemento tão importante quanto esse na referência ao Orkut no Brasil em meados dos anos 2000: está se falando de um corte de classe bem determinado. Segundo o TIC domicílios, em 2005 quase 68% dos indivíduos nunca tinham acessado a internet, menos de 3% tinham acesso há mais de doze meses e apenas 11,37% tinham acesso a computador em casa.³⁴

No Brasil, o arquipélago dessas novas direitas só veio a encontrar sua frente única uma década depois, com o surgimento da Lava Jato. De um lado, quando surgiu esse escudo comum, já havia um longo e paciente trabalho de mobilização e de organização no ambiente das novas direitas. De outro lado, como veremos, a convergência para a frente única da Lava Jato se deu com nuances decisivas.

O que se pode dizer aqui é que, no caso brasileiro, a politização à extrema direita, com a adesão à candidatura de Bolsonaro, não se dá principalmente como reação a uma politização do ambiente da internet à esquerda. As novas direitas acabam por aderir — tardiamente, ressalte-se — à candidatura de Bolsonaro em razão da ausência, às vésperas da eleição de 2018, de outra candidatura outsider que pudesse representar a oposição extrainstitucional formada sob o escudo da Lava Jato. Ao

mesmo tempo, a eleição de Bolsonaro e a ida de Sergio Moro para o Ministério da Justiça tornaram essa canalização sem alternativa. Além disso, Bolsonaro soube administrar muito bem a parte dessa base social conquistada na eleição, que com ele permaneceu em parte substantiva até 2022, seja por ausência de alternativa, seja por ter se convencido de que ele é de fato o único representante dos impulsos antissistema.

Mas isso é uma antecipação. Por enquanto, trata-se de enfatizar o descompasso entre essas novas formas de intervenção e de politização e o que se passava na política oficial. Para que se tenha uma ideia da distância que separava essa realidade digital que se configurava daquilo que era praticado na política oficial — essencialmente analógica, em especial do PT desde o primeiro governo Lula —, basta lembrar que, em maio de 2006, “auge do Orkut e um ano após a eclosão do mensalão, a comunidade ‘Fora Lula 2006’ contava com 110 mil membros e a comunidade ‘Eu odeio o PT’, 93 mil; já a comunidade de apoio a Lula da Silva, chamada ‘Lula presidente 2006’, e a comunidade oficial do PT reuniam, respectivamente, cerca de 30 mil e 12 mil pessoas”.³⁵ E isso quando Lula estava às vésperas de ser reeleito presidente.

Por volta desse mesmo momento houve diversas tentativas de organizar esse arquipélago de grupos, comunidades e públicos em um movimento unificado. Foi assim que nasceu, por exemplo, o movimento “Cansei”, lançado em 2007, depois da reeleição de Lula, em 2006, e logo após o acidente aéreo com um avião da TAM em São Paulo, em julho, que provocou a morte de todos os passageiros e de sua tripulação. O nome oficial era Movimento Cívico pelo Direito dos Brasileiros. Liderado pela Ordem dos Advogados do Brasil — Seccional São Paulo e com a participação de diversas entidades e lideranças da sociedade civil, era um movimento, segundo seus organizadores, “em prol da cidadania” e sem “cunho político”. O movimento

chegou a reunir cerca de 5 mil pessoas na praça da Sé em São Paulo, que rezaram o pai-nosso, entoaram o hino nacional e bradaram gritos de “fora, Lula” e “Lula ladrão, seu lugar é na prisão”. As lideranças afirmavam que o protesto era apartidário e pacífico, a despeito de manifestantes terem acuado militantes do PSDB que resolveram desfraldar bandeiras do partido aos gritos de “sem bandeira”, “o PSDB também é culpado”, “vagabundos, oportunistas” e “traidores da consciência do povo”.³⁶

A tentativa foi seguida, três meses depois, do “Tributo contra o Tributo”, que tinha como reivindicação a extinção da Contribuição Provisória sobre Movimentação Financeira, a CPMF, então em vigor. Com atrações musicais de grande apelo popular, a manifestação pretendia levar nada menos que 2 milhões de pessoas ao vale do Anhangabaú, na cidade de São Paulo. Teve um desconto de algo como 99,9% na pretensão. A organização esteve a cargo do movimento Frente Nacional da Nova Geração, liderado pelo empresário Ronaldo Koloszuk, então com trinta anos, também diretor titular do Comitê de Jovens Empreendedores da Fiesp, entidade que custeou o ato juntamente com a Associação Comercial de São Paulo. Como as manifestações do “Cansei”, também o showmício não permitia faixas e cartazes de partidos.³⁷

O fracasso das tentativas não significou de maneira alguma o declínio das atividades de agitação e de criação de contrapúblicos da “nova direita”. Pelo contrário, como bem mostra o livro *The Bolsonaro Paradox*, o período anterior a Junho foi marcado por uma “proliferação de contrapúblicos à esquerda e à direita, facilitada pela popularização da internet”.³⁸ Essa proliferação é tanto causa da crise do pacto da esfera pública brasileira selado na promulgação da Constituição de 1988 como resultado das críticas e rebeliões contra as limitações desse

pacto. O então novo pacto brasileiro de 1988 só foi possível porque, em alguma medida, ampliou o espaço da esfera pública, permitindo que grupos historicamente excluídos tivessem algum acesso, mesmo que limitado, ao debate público. Ao mesmo tempo, Junho de 2013 deixou claro que os termos desse pacto de 1988 tinham se tornado insuficientes. Dito de outra maneira, Junho precisa ser explicado como o longo processo de construção que de fato foi.

Para isso, é preciso ter claro de saída que a própria “contrapublicidade” se constrói não apenas no confronto e no conflito com a esfera pública dominante e com públicos e contrapúblicos que se opõem a ela, segundo as dicotomias dominantes. Constrói-se também no interior dos próprios contrapúblicos assim constituídos, que estão em competição entre si. Contrapúblicos de direita, reunidos inicialmente em uma grande frente antissistema, como “novas direitas”, passam a divergir e a se opor de maneira radical. O resultado mais saliente da grande frente foi a eleição de um defensor da ditadura militar, o que está nas antípodas de posições de muitos contrapúblicos de direita.³⁹

Mas esses foram os resultados. Resultados de um longo processo. A questão inicial aqui é como a Lava Jato conseguiu contornar todas as defesas tradicionais do pemedebismo para atingi-lo tão frontalmente como o fez. O caráter arbitrário dos procedimentos da Operação é algo já bem estabelecido.⁴⁰ Ocorre que estabelecer isso não serve como explicação nem do amplo apoio que teve nem do apoio significativo que ainda tem sob o manto do que se convencionou chamar de lavajatismo. O fato é que as arbitrariedades divulgadas pela chamada Vaza Jato não surgiram como surpresa para quem prestou atenção na decisão do então juiz Sergio Moro de divulgar áudios de gravações de conversas telefônicas da então presidente Dilma Rousseff com seu antecessor no cargo, Lula, em 16 de março de 2016. A data precisa é de grande relevância quando se pensa

nas manifestações contra o governo de Dilma Rousseff ocorridas três dias antes, em 13 de março. E é tanto mais sintomática da postura de Moro porque ele caracterizou essas manifestações como de apoio à Lava Jato e contra a corrupção. Em seu texto, datado de julho de 2018, Moro não se referiu à manifestação de março de 2017, essa sim convocada exclusivamente em apoio à Lava Jato, mas apenas às manifestações dos anos de 2015 e 2016.⁴¹

Para quem apoiou — para quem ainda apoia — a Lava Jato, o sistema político se valeu historicamente de mecanismos arbitrários para se autoprotger. Ao fazer isso, teria já destruído, assim segue o raciocínio, as bases do próprio Estado democrático de direito. E, nesse caso, contra uma arbitrariedade judicial — a proteção do sistema político pelas cortes superiores — apenas outra arbitrariedade judicial — a da Lava Jato — poderia servir como remédio. E esse não é um raciocínio apenas de quem se identifica com o lavajatismo.

É assim que, se a Lava Jato instaura um regime de assédio judicial que atropela todos os procedimentos e direitos, três redes de TV estadunidenses interrompem a transmissão de um discurso de Trump no exercício da presidência dos Estados Unidos por estar apoiado em fake news. Se Facebook e Twitter censuram privadamente matéria do *New York Post* prejudicial a Biden, o ministro do STF, Alexandre de Moraes, combate o golpismo bolsonarista com arbitrariedade judicial. E tudo isso, de ambos os lados, em nome da liberdade — e, portanto, da democracia.

Essa divisão mostra que o princípio do Estado democrático de direito deixou de ser o campo comum da disputa política. Todo mundo continua a reclamar dele e da Constituição Federal de 1988. Mas os sentidos dessa reivindicação não são apenas diversos, são incompatíveis. Esse é o problema de base a ser enfrentado. Gritar “inconstitucional” ou “motivação

política” a cada disputa de interpretação sobre cada acontecimento não vai resolver o problema. Mesmo que seja necessário fazê-lo.⁴²

Daí o caráter caricatural, hoje, das posições que culpavam os governos petistas pela instauração de um “nós contra eles” no país. Aquela polarização estabelecida pelo Plano Real, como procurei indicar desde a abertura deste livro, é qualitativamente distinta da que temos hoje. Não foram apenas as regras que mudaram, foi o próprio jogo. Ainda se chama democracia, mas virou a arma que algumas parcelas do eleitorado apontam para a cabeça das demais parcelas do eleitorado. Na situação de emergência democrática em que nos encontramos, é preciso defender o que se tem de democracia como for possível. Mas ignorar que o problema é muito mais profundo é caminho seguro para agravá-lo.

II. Breve história da candidatura de Bolsonaro

Como todo movimento autoritário de tendências fascistas, o bolsonarismo se apoia em razões reais para criticar a democracia como funcionou e como funciona. Há muitas boas razões para duvidar da neutralidade de seus procedimentos, há muitas boas razões para dizer que se trata de uma democracia pouco democrática, de fato. Acontece que o bolsonarismo utiliza essas razões reais para dizer que vai instaurar a “verdadeira democracia” que, no caso de Bolsonaro, é a democracia da ditadura.

E o curto-circuito se amplifica na medida em que o bolsonarismo se vê confirmado a cada vez nessa sua estratégia pela reação a ele: grande parte das pessoas do campo democrático passa a defender a democracia no formato e com as regras que tinha antes. Como se voltar no tempo fosse possível e desejável, como se as bases do mundo anterior ao ciclo de revoltas

de 2011 a 2013 não tivessem simplesmente ruído. Nada pode ser mais inefetivo do que isso para combater o bolsonarismo: justamente porque se estabeleceu de propósito à margem da democracia como praticada antes, o bolsonarismo é infenso a esse tipo de tática.⁴³

Também por isso, amalgamar Bolsonaro e bolsonarismo com “novas direitas” (ou simplesmente com “direita”) é um grave equívoco teórico, que não faz avançar uma polegada nosso conhecimento sobre a sua ascensão. Mas é igualmente um grave equívoco prático: ignorar essas fissuras e rachaduras nos contrapúblicos de direita, nivelar artificialmente as diferenças e divergências pode acabar por fortalecer o núcleo duro autoritário no interior dessa multiplicidade de contrapúblicos. E, com isso, talvez permitir que Bolsonaro consiga de fato atingir seu objetivo de destruir a democracia no país.

Isolar Bolsonaro e o bolsonarismo significa afastar a hegemonia da extrema direita sobre o campo mais amplo da direita no Brasil. Se esse afastamento for possível, ele passará necessariamente por uma reorganização da direita em termos democráticos. Não é algo que esteja no horizonte próximo. Mas a possibilidade de que isso aconteça dependerá também de compreender que Bolsonaro não estava inscrito desde sempre no arquipélago das novas direitas como seu resultado inenarrável. Dependerá de encontrar forças de direita que não se confundam com a extrema direita que as hegemoniza hoje.

Bolsonaro é resultado, não é causa nem acaso. Sua ascensão à presidência nada teve de inevitável, como se não estivessem objetivamente abertas outras possibilidades. Pelo contrário, continuavam a ocorrer intensas batalhas políticas fora do radar da política institucional, que só episodicamente alcançavam visibilidade na esfera pública tradicional. E, mesmo quando expostas na esfera pública então dominante, nunca o eram em suas dimensões sociais profundas. A inicial proliferação

de movimentos e de iniciativas diversas vai aos poucos, no pós-Junho, se tornando “organização”. “Organizações” peculiares, cristalizações organizativas em torno de “nós de rede”. E que, além disso, se estruturam em hierarquias e estruturas de identificação peculiares. Ou seja, por mais que as circunstâncias importem, tudo depende de mostrar como se cristalizam como elementos estruturais.

Na sequência, procurarei acompanhar essa transformação de fatores circunstanciais em elementos estruturais por meio de uma brevíssima recapitulação de algumas das principais etapas do caminho de construção da candidatura de Bolsonaro à presidência, a partir de 2015. Parto aqui da constatação de que sabemos ainda muito pouco — ou é meu caso, pelo menos — sobre esse processo. Todos os indícios e evidências que consegui reunir têm de ser entendidos, portanto, em termos da formulação de uma hipótese bem informada sobre a ascensão política de Bolsonaro entre 2015 e 2018.

A pré-candidatura presidencial de Bolsonaro contou de largada com as redes nacionais das Forças Armadas e das forças de segurança — em alguns casos, em ligação com milícias —,⁴⁴ com uma atividade digital intensa e uma penetração incipiente no eleitorado evangélico. Renato Sérgio de Lima mostrou que, em 2010, considerando apenas militares e policiais que pagaram imposto de renda, alcançava-se 2,9% do eleitorado brasileiro, tendo esse percentual crescido 30,9% até 2018, alcançando 3,8% do eleitorado, “com destaque para o crescimento dos militares inativos, que cresceu 41,7% no período entre 2009 e 2018”. E acrescenta:

Esse número, por si só, já chama muito a atenção e explica a importância das forças de segurança para o processo eleitoral no país. Agora, se multiplicarmos esse total pelo número médio de família do Sidra/IBGE, que era de 3,3, em 2008,

[...] teremos algo como 18,5 milhões de pessoas diretamente ligadas à “família policial” — pessoas que já votam ou que ajudam a irradiar percepções e representações sociais disseminadas nestas categorias sobre os rumos e sentidos da política.⁴⁵

Ao mesmo tempo, está se falando de uma base de apoio social e eleitoral mais identificada com posições autoritárias ou potencialmente autoritárias. Não disponho de nenhuma pesquisa de trajetória que mostre a evolução do engajamento policial com o bolsonarismo no tempo. Mas temos ao menos os primeiros resultados de uma pesquisa preciosa do Fórum Brasileiro de Segurança Pública divulgada em agosto e setembro de 2020, que monitorou a atividade em redes sociais de policiais militares, civis e federais, que, entre ativos e inativos, somam quase 700 mil.⁴⁶ A pesquisa foi realizada sobre uma amostra de 879 perfis devidamente validados em sua autenticidade, incluindo cargos de praça e oficiais, no caso da Polícia Militar (77,5% da amostra), delegados e outros cargos/carreiras, no caso das Polícias Civil (21,4% da amostra) e Federal (1,1% da amostra).

A partir daí, dois grupos foram destacados quanto a sua atividade digital: bolsonaristas e bolsonaristas radicais. No que diz respeito à penetração do bolsonarismo, os resultados para cada uma das polícias e respectivas posições funcionais foi: oficiais da PM, 17% de bolsonaristas e 18% de bolsonaristas radicais (total 35%); cargos de praça da PM, 16% de bolsonaristas e 25% de bolsonaristas radicais (total 41%); delegados da PC, 3% de bolsonaristas e 4% de bolsonaristas radicais (total 7%); outros cargos/carreiras da PC, 6% de bolsonaristas e 4% de bolsonaristas radicais (total 10%); delegados da PF, 8% de bolsonaristas e 4% de bolsonaristas radicais (total 12%); outros cargos/carreiras da PF, 7% de bolsonaristas e 6% de bolsonaristas

radicais (total 13%). Quando se pensa no efetivo da PM no país e no grau de penetração do bolsonarismo nessa corporação, não é difícil ver a importância dessa base para a nacionalização da candidatura de Bolsonaro.⁴⁷

Outra vertente dessa mesma pesquisa dá ainda pistas preciosas sobre possíveis canais e caminhos das investidas de Bolsonaro no eleitorado evangélico.⁴⁸ É alta a porcentagem de policiais que não se manifestaram em ambientes digitais religiosos (mais de 70%). Mas a hipótese da pesquisa para explicar esse relativo distanciamento do ativismo digital em torno dessa questão é a sugestão de que “o pertencimento mais enérgico a alguma religião pode não ser tão bem-visto entre as corporações policiais de modo geral”. Feita a ressalva, o resultado da pesquisa mostra, no geral, uma prevalência de perfis evangélicos atuantes no mundo digital entre policiais. Considerando que, na população geral, segundo os dados disponíveis antes da realização do novo censo demográfico, há 50% que se declaram católicos, 31% evangélicos (dos quais 75% do pentecostalismo), 3% espíritas e 2% adeptos de religiões afro-brasileiras, nota-se, nos perfis atuantes em ambientes religiosos no Facebook, uma clara sobrerrepresentação evangélica neopentecostal (51% na PM, 25% na PC, 53% na PF) e evangélica tradicional (18% na PM, 10% na PC, 11% na PF), em comparação com a presença católica (17% na PM, 51% na PC, 30% na PF), espírita (12% na PM, 15% na PC, 6% na PF) e umbandista (3% na PM, 0% na PC, 0% na PF). Também no que diz respeito a uma nacionalização da candidatura e a uma organização em rede, o campo evangélico se mostrou próximo da base de partida de Bolsonaro.⁴⁹

Apesar de corretamente ressaltar que ainda “não há evidências suficientes para avaliar por que ou como se deu o alinhamento evangélico em torno da candidatura de Bolsonaro”,⁵⁰ Fábio Lacerda considera que o apoio evangélico

não foi obtido por acaso. Ao contrário, foi fruto de uma estratégia deliberada por parte da campanha do candidato. Cabe destacar que, em maio de 2016, Bolsonaro foi batizado nas águas do rio Jordão pelo pastor Everaldo, membro da Assembleia de Deus (Ministério de Madureira). A campanha de Bolsonaro usou slogans carregados de referências religiosas, tais como “E conhecereis a verdade, e a verdade vos libertará” (João, 8,32), e “Brasil acima de tudo, Deus acima de todos”. Alguns dos mais importantes apoiadores de sua campanha eram evangélicos. Entre eles, pode-se destacar o senador Magno Malta (Partido da República, PR) e o deputado Onyx Lorenzoni (Democratas, DEM), que, com a vitória de Bolsonaro, tornou-se ministro da Casa Civil. Bolsonaro recebeu apoio das principais lideranças pentecostais brasileiras, tais como Edir Macedo (fundador e líder da IURD), Romildo Ribeiro Soares (líder da Igreja Internacional da Graça de Deus), Valdemiro Santiago (líder da Igreja Mundial do Poder de Deus), Estevam e Sônia Hernandez (líderes da Igreja Renascer em Cristo), Robson Rodovalho (líder da Igreja Sara Nossa Terra), Silas Malafaia (líder do Ministério Vitória em Cristo — AD), Manoel Ferreira (líder do Ministério de Madureira — AD), José Wellington Bezerra da Costa (líder do Ministério do Belém — AD) e Mário de Oliveira (presidente da Igreja do Evangelho Quadrangular do Brasil).⁵¹

Além do pé nas forças de segurança e nas Forças Armadas, além do pé no eleitorado evangélico, a partir do primeiro semestre de 2017 Bolsonaro começou a construir um pé no ambiente das “novas direitas”. É o momento em que pesquisa Datafolha do final de abril daquele ano registrou um salto do candidato para um patamar entre 11% e 16% na sua intenção de voto, a depender do cenário de candidaturas. É também o

momento em que se cristaliza uma radical mudança no ecossistema das novas direitas.

Como mostra uma vez mais Camila Rocha, foi nesse momento que a anterior “hegemonia liberal-libertária” deu lugar a “um amálgama ultraliberal-conservador”: “Ultraliberais, como Bernardo Santoro, que havia ingressado no PSC em 2014, e Rodrigo Constantino passaram a se definir como liberais-conservadores [...]. De início, tal movimento gerou certo desconforto entre a própria militância, pois o rótulo de liberal-conservador parecia soar como um oxímoro”.⁵² Esses ultraliberais, na nova correlação de forças do campo,

acabaram ficando em posição incômoda nos circuitos da nova direita, especialmente em face da adesão de militantes ao clã Bolsonaro. Com a ida de Jair Bolsonaro para o PSC, no início de 2016, onde estava um dos ex-presidentes do Líber, Bernardo Santoro, os liberais-conservadores passaram a ter um espaço político próprio, o que fez com que vários abandonassem o primeiro termo e começassem a se autodenominar simplesmente como conservadores.⁵³

Estabeleceu-se aí a primeira versão da liga entre “ultraliberalismo” e “defesa da família, da religião, da lei e da ordem” que viria a caracterizar a campanha e a eleição de Bolsonaro em 2018. É ainda a primeira aproximação com vistas à formação do tripé de apoio de Bolsonaro na eleição, em que o terceiro pé será formado justamente por economistas pró-mercado. O recém-mencionado Bernardo Santoro não apenas acompanhou a família Bolsonaro em sua migração para o então renomeado Patriota (anteriormente PEN) como, na condição de secretário-geral do partido, “apresentou um economista conhecido do circuito pró-mercado a Bolsonaro, Adolfo Sachsida, doutor pela Universidade de Brasília e funcionário de carreira do

Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), que, a pedido de Santoro, montou um grupo de onze economistas que semanalmente trocavam ideias com o capitão”.⁵⁴

Não pretendo dizer com isso que Bolsonaro tenha acedido nesse momento a nada remotamente próximo do coração do poder financeiro do país. Pelo contrário. Sachsida é uma figura inteiramente marginal nesse universo. Mas exatamente por isso é também importante para o argumento que desenvolvo aqui. Especialmente por ser parte integrante de um movimento mais amplo da candidatura Bolsonaro, que, pouco a pouco, passou a representar uma revolta em que uma parcela significativa de alguns dos estratos sociais de maior renda e escolaridade começou a dismantelar o sistema político desde baixo, desafiando os líderes próximos a eles. A revolta começou por estratos sociais que dispunham de recursos — relativamente à grande maioria da população —, mas que se consideravam excluídos, discriminados, marginalizados, ignorados por parte do sistema político. Foi um levante de membros de igrejas contra seus pastores, das baixas patentes contra a cúpula da hierarquia militar, do baixo clero contra o alto clero do Congresso, de pequenas e médias empresas comerciais, rurais e industriais contra suas entidades representativas, da base das polícias contra suas cúpulas, assim como dos escalões mais baixos do mercado financeiro contra os porta-vozes dos bancos.

Nasceu provavelmente nesse momento o persistente autogano interessado de um Bolsonaro como “papel em branco”, como candidato vazio cujo conteúdo seria fornecido pela ideologia das “novas direitas”. Quando Bolsonaro entrou no PSC, no início de 2016, a militância originária dos fóruns do Orkut dos anos 2000 se surpreendeu com a presença de quadros “des-tituídos de referências ideológicas mais sólidas”.⁵⁵ Ao mesmo tempo, no balanço final que faz, Camila Rocha acredita “que

foi justamente uma combinação entre o pragmatismo político e a ânsia de se ver livre do PT e chegar ao poder — ‘Bolsonaro é desprezível e será fácil que faça o que queremos’ — que alimentou, ainda que a contragosto, a inclinação da nova direita pela candidatura do capitão da reserva”.⁵⁶

Posteriormente, a lenda de um candidato fácil de manobrar e ao qual pudesse ser imposto um programa preestabelecido deu lugar a outra metáfora também bastante comum: a da “fera” que precisa ser domada. E não faltaram candidatos ao posto, a começar por Paulo Guedes.⁵⁷ Um a um, todos os candidatos a domadores foram eles mesmos enjaulados e domesticados pelo próprio Bolsonaro. Ou postos para fora de seu governo, simplesmente. A lista aqui é longa e conhecida.

Seja como for, a celebração oficial de inauguração do terceiro pé do tripé veio em abril de 2018, quando Bolsonaro anunciou o nome de Paulo Guedes para ocupar o Ministério da Fazenda em um possível futuro governo. Mas o fato é que o caminho até esse momento esteve longe de ser reto e sem sobressaltos. Nada antes do segundo semestre de 2017 dizia que Bolsonaro poderia ser abraçado pelas cúpulas do mercado financeiro, do agronegócio ou mesmo das igrejas evangélicas como seu candidato de unificação. Muito menos por expoentes das novas direitas. Os avanços de Bolsonaro nesse campo foram feitos a custo de enormes conflitos e acirradas disputas.

Sirva de exemplo disso o III Fórum Liberdade e Democracia, realizado em outubro de 2016, em São Paulo. O relato da pesquisadora Camila Rocha, presente ao evento, mostra com clareza o grau de tensão a que chegava o conflito, e vale a pena lê-lo na íntegra:

Logo que cheguei ao evento, acompanhada de Bernardo Santoro, Fábio Ostermann [fundador e incentivador de

várias organizações de direita, entre elas o MBL] se aproximou e, enérgico, passou a demandar explicações a respeito do apoio de Santoro a Bolsonaro, que chamou de ditador. Demonstrando um desconforto similar ao que tinha experimentado quando o militar exaltou a memória do coronel Ustra durante a votação do impeachment de Dilma Rousseff, Santoro procurou contornar a situação com simpatia. No entanto, o pico de tensão daquela tarde ainda estaria por vir. Ostermann iria participar de um debate justamente com Jair Bolsonaro e com a senadora Ana Amélia, do DEM do Rio Grande do Sul, o qual seria mediado por Hélio Beltrão, do Instituto Mises Brasil. O evento estava razoavelmente cheio e o debate ocorria de forma razoavelmente tranquila até que Bolsonaro começou a ser vaiado por metade do auditório, e, ato contínuo, em resposta à vaia a outra metade começou a gritar em uníssono: “Ustra, Ustra, Ustra”. Depois disso, segundo as fofocas que trafegavam nos circuitos da nova direita, Bolsonaro teria optado por deixar de frequentar tais espaços.⁵⁸

A magnitude desses conflitos entre muitas vertentes das novas direitas e a pré-candidatura de Bolsonaro não significam, entretanto, que houvesse unidade tática dentro das novas direitas nesse momento. Pelo contrário, os próprios atores dizem que foi um momento marcado pela ideia de “três frentes”, compreendidas em termos de adesão a três partidos: o então recém-fundado Novo, o PSC e o PSL (e, dentro deste, a tendência Livres, em especial). O envolvimento direto na política partidária era em si mesmo pensado seja em termos de “entrar em partidos diversos e atuar por meio de uma frente suprapartidária, ou, preferencialmente, entrar em bloco em um único partido, ocupando-o”.⁵⁹ Apesar das importantes

divergências táticas — concentração ou dispersão em um punhado de partidos —, parecia haver o diagnóstico comum de que era necessário entrar em um novo patamar de engajamento institucional, já partidário. Mas esse diagnóstico comum não foi suficiente para superar as divergências rumo a uma tática unificada.

Entendo que havia uma relevante divergência tática adicional aí. Entendo que parte importante das novas direitas, nesse momento, estava mais preocupada em manter a mobilização após o afastamento de Dilma Rousseff do que em decisões partidárias, simplesmente. Não por outra razão, a meu ver, foi convocada uma manifestação, em março de 2017, em apoio à Lava Jato. Era uma tentativa de manter uma mobilização de rua em torno daquele que tinha se tornado o escudo comum das novas direitas. Mas, como vimos — e como ainda veremos na próxima seção, a propósito da atuação de Eduardo Cunha —, a Lava Jato continuava a ser exaltada em público, continuava a ser bandeira unificadora relevante, mas já não desempenhava o mesmo papel de antes.

Essencialmente porque, em 2017, a maior parte das novas direitas entendeu que o momento da mobilização tinha passado, que a etapa seguinte era de organização com vistas às eleições de 2018. E, sob esse aspecto, a Lava Jato não tinha mais o que oferecer, já que não tinha articulado nem dava indicações de que iria articular candidaturas para as disputas eleitorais do ano seguinte. Dito de outra maneira, mobilizações de rua tinham deixado de fazer parte do cardápio das novas direitas agora “liberais-conservadoras” ou simplesmente “conservadoras”.

Exemplo dos mais notórios desse momento de organização foram as investidas de Bolsonaro no campo do agronegócio. Foi o primeiro movimento de relevo de expansão da candidatura de Bolsonaro para além do tripé mencionado. E que

se deu concomitantemente à consolidação desse mesmo tripé, já no ano da eleição, em 2018. Caio Pompeia mostra que, em

2017, a maioria das associações nacionais do campo do agronegócio manifestava predileção por candidatura presidencial do PSDB: algumas preferiam o então governador de São Paulo, Geraldo Alckmin; outras, João Doria, que era prefeito da capital paulista. Enquanto tucanos se digladiavam pela vaga do partido para concorrer à presidência da República, o deputado federal Jair Bolsonaro dava ênfase ao trabalho de campanha, nos mais diversos estados, com lideranças locais da agricultura patronal. Nessas situações, Bolsonaro mirava, sobretudo, os produtores de extrema direita. Suas propostas extremamente críticas às políticas ambientais, à demarcação de terras indígenas e à reforma agrária, além de seu incentivo ao uso de armas na zona rural, vinham ao encontro do que esse público esperava — e não ouvia de outros candidatos.⁶⁰

A candidatura de Bolsonaro enfrentou marcada resistência por parte das entidades representativas do agronegócio até 2018. Parlamentares do PSDB estavam na coordenação da Frente Parlamentar da Agricultura, cujos financiadores mais destacados receavam que práticas antiambientais viessem a prejudicar o comércio exterior do agro. No entanto, o crescimento da popularidade de Bolsonaro no campo fez com que lideranças locais e regionais começassem a fazer pressão sobre as entidades nacionais. A pressão se tornou especialmente efetiva desde que a candidatura a presidente de Geraldo Alckmin mostrou que não iria vingar.

Mais interessante ainda, o crescimento de Bolsonaro no campo do agronegócio se deu mediante

a revitalização de uma organização que se encontrava aliada dos espaços dominantes: a UDR [União Democrática Ruralista]. A organização tinha representação marcante de agentes patronais conservadores, com poder predominantemente local, que se notabilizavam pela defesa intransigente da propriedade privada da terra e por uma postura radicalizada com relação a movimentos sociais, povos indígenas e populações tradicionais. Ademais, a entidade se caracterizava pela concentração de atores política e economicamente subalternos no campo do agronegócio.⁶¹

Como já vimos no capítulo 2, o uso do qualificativo “subalterno” no caso de “outsiders conectados” — que é exatamente o caso aqui — tem de ser feito com cautela. Mas parece claro o que Caio Pompeia pretende dizer: trata-se de atores, grupos e associações que permaneceram nas franjas da política oficial, sem conseguir influência real sobre ela, o que explica que confluam para alianças de conveniência contra o “sistema”. Está se falando aqui da revolta de “escalões inferiores” em diferentes domínios, e não de marginalizados em termos sociais ou econômicos e, de nenhuma maneira, de “outsiders desconectados”.

Porém não foi qualquer tipo de revolta. Foi certamente uma revolta conservadora. Mas, antes de tudo, foi uma revolta organizada. Digitalmente organizada. A candidatura de Bolsonaro se valeu de táticas bem estabelecidas na extrema direita global, principalmente na extrema direita estadunidense, táticas dirigidas para contornar os *gatekeepers* clássicos da esfera pública formal e das instituições, em especial as instituições político-partidárias. O sucesso dessa candidatura está sem dúvida ligado à sua capacidade de influenciar o próprio comportamento eleitoral ao induzir novas maneiras de utilizar a comunicação digital.⁶² Sobretudo, uma candidatura que soube como nenhuma outra contornar as próprias regras eleitorais vigentes.⁶³

A candidatura de Bolsonaro se valeu, em suma, de uma organização digital inovadora e eficaz. E que atuou desde muito cedo, desde muito antes da campanha oficial de 2018. Analisando a eleição municipal na cidade do Rio de Janeiro em 2016, Rose Marie Santini, Débora Salles, Giulia Tucci e Charbelly Estrella concluíram que o uso de contas automatizadas (*bots* ou robôs) não só foi de grande importância para o resultado final como se constituiu em verdadeiro laboratório, preparando o terreno para a vitória de Bolsonaro em 2018.⁶⁴

Os dois acontecimentos decisivos da eleição de 2018 foram certamente a prisão de Lula, em 7 de abril, e o atentado à faca contra Bolsonaro, em 6 de setembro. Mas essa eleição comportou também um não acontecimento de alta significação e simbologia. Um não acontecimento que pode ensinar muito. Porque, se o que foi apresentado até agora mostra que Bolsonaro foi tudo menos um “presidente acidental”, cabe igualmente mostrar o equívoco de quem considera que a eleição de Bolsonaro era “inevitável”. Em julho de 2018, os partidos do chamado Centrão, sob a liderança do então presidente da Câmara dos Deputados, Rodrigo Maia, chamaram o pré-candidato Ciro Gomes às pressas a Brasília para negociar um possível apoio. Ciro fez então juras de amor ao Centrão, mas o apoio não saiu. O bloco decidiu apoiar a candidatura de Geraldo Alckmin. Parecia então paradoxal que o Centrão apoiasse Ciro Gomes. Só que não.

O resultado da eleição mostrou o acerto do diagnóstico do Centrão na sua versão 2018 — o Centrão tem muitas e diferentes configurações ao longo do tempo. A despeito do fato de Ciro Gomes ter ou não condições de ser o representante desse diagnóstico — o que é duvidoso —, a premissa fundamental estava correta: só uma candidatura que conseguisse se apresentar de maneira verossímil como antissistema teria chances de ganhar. E essa candidatura jamais poderia ser a de Geraldo

Alckmin. Esse exercício contrafactual serve apenas, uma vez mais, para mostrar que poderia ter sido outra candidatura a receber o apoio da direita tradicional na eleição de 2018. Poderia ter sido outro o resultado. Mas não foi.

Ao longo de 2017, consolidou-se o tripé que levou Bolsonaro, no ano seguinte, à presidência da República. O pilar no qual se sustentou esse tripé foi o de uma organização digital em rede de amplitude e eficácia inéditas na política brasileira. E o solo comum inicial sobre o qual se ergueu o pilar e seu tripé foi a Operação Lava Jato, que, no terceiro semestre de seu governo, em abril de 2020, Bolsonaro pôde abandonar na estrada sem prejuízo considerável para sua posição, forçando Sergio Moro a pedir demissão do Ministério da Justiça.

A ascensão de Bolsonaro ao poder se deveu a uma crise aguda do pemedebismo no período 2015-20, que se expressou em seguidos assaltos ao poder, movimentos incompatíveis com a lógica pemedebista de evitar confrontos diretos e abertos. Foi nesse momento que forças políticas eleitoralmente minoritárias tomaram o controle do sistema político. Foram dois assaltos ao poder, em dois momentos diferentes. O primeiro, a parlamentada que derrubou Dilma Rousseff, quando o mercado financeiro chegou diretamente ao poder. Em seguida, na vitória de Bolsonaro na eleição em 2018, quando uma coalizão de conveniência de forças sociais relativamente marginalizadas da política oficial chegou à presidência pelo voto, sob a liderança de um admirador da ditadura militar de 1964.

Por isso, é fundamental reconstruir o processo de como a oposição extrainstitucional chegou à política institucional. Para isso, é preciso recontar a crise do pemedebismo de 2015 a 2018 em termos de um cabo de guerra entre o sistema político e a Lava Jato. Um cabo de guerra que fez da figura de Eduardo Cunha uma espécie de Newt Gingrich tupiniquim com pretensões de Silvio Berlusconi. É o que farei na próxima e última seção deste capítulo.

III. A crise do pemedebismo no período 2015-8

Durante pelo menos os vinte anos que se seguiram ao impeachment de Fernando Collor, em 1992, a figura do pemedebismo que se estabeleceu a partir dali funcionou para impor um ritmo lento e controlado à democratização e ao combate às desigualdades. Como também costuma acontecer, serviu à sua maneira, uma maneira bem brasileira, ao modelo próprio da globalização triunfante dos anos 1990, que cooptou os sistemas partidários e os sistemas políticos de forma mais ampla para a agenda neoliberal, forçando a ida das forças políticas organizadas majoritárias para um novo “centro”. Essa foi a versão brasileira do “partido cartel” tal como conceituada por Katz e Mair.⁶⁵

A ligação do pemedebismo com o “novo centro” neoliberal começou a se desfazer depois de Junho de 2013. Chegou a conta do custo pemedebista: um ritmo lento de democratização, um enfrentamento lento e marginal das desigualdades sociais. E o resultado veio sob a forma de uma autofagia do sistema político depois de 2013, quando este se blindou contra qualquer autorreforma significativa, ignorou a dimensão e a profundidade de Junho.

O ano de 2014 se encerrou com o estelionato eleitoral de Dilma Rousseff e com o questionamento do resultado por Aécio Neves, candidato derrotado. As consequências mais imediatas dessas duas atitudes foram que Dilma Rousseff não conseguiu governar e que Aécio Neves insuflou um movimento do qual perdeu inteiramente o controle, se é que o teve em algum momento, já que, como vimos, esse foi um movimento gestado ao longo de toda década de 2000 e que tentei abreviar sob o rótulo “novas direitas”. Foi nesse momento que se organizou — ou reorganizou — um dos muitos avatares do pemedebismo, um codinome pelo qual é muitas vezes conhecido, no debate público, o Centrão.

Em sua primeira versão, durante o período Constituinte, entre 1987 e 1988, o Centrão foi uma estratégia defensiva da maioria conservadora do Congresso. Durante quase um ano de trabalho constituinte, a aliança progressista tinha demonstrado suficiente unidade, apoio e força para impor derrotas relevantes ao conservadorismo. O Centrão se organizou em reação e em contraposição a essa frente progressista. Entre a promulgação da Constituição e a crise do segundo mandato de Dilma Rousseff, a partir de 2015, o Centrão se dissolveu em um arquipélago mais amplo, o do pemedebismo do sistema político.

O avatar do Centrão dirigido por Eduardo Cunha tem sua história particular. Ainda no primeiro mandato de Lula, em fevereiro de 2005, Severino Cavalcanti, então deputado pelo PP de Pernambuco, foi eleito presidente da Câmara. Era um congressista desconhecido, fora do radar mesmo de quem acompanhava profissionalmente a política. No primeiro turno de votação, recebeu apenas 124 votos contra 207 do candidato oficial do primeiro governo Lula. No segundo turno, entretanto, venceu com trezentos votos. O candidato do governo conseguiu receber menos votos no segundo turno do que tinha recebido no primeiro: 195. Na época, a derrota parecia poder ser inteiramente explicada pela divisão dentro do próprio PT, que apresentou um candidato oficial e teve outro dissidente, que recebeu 117 votos no primeiro turno de votação. Depois, a explicação se mostrou insuficiente, especialmente quando analisada do ponto de vista da ascensão e queda de Eduardo Cunha.

Como no caso da eleição de Cunha à presidência da Câmara, em fevereiro de 2015, também a eleição de Cavalcanti foi uma derrota do governo, evento bastante raro. Foram ambas vitórias do que se costumava chamar de baixo clero. Em 2005, esse baixo clero teve o seu primeiro momento “emergente”, jargão criado ainda na década de 1990 que se estendeu pelos anos 2000. Com Cunha, ganhou upgrade e se tornou novamente “Centrão”.

Severino Cavalcanti durou pouco mais de sete meses no cargo. Renunciou depois do surgimento de denúncias de que recebia propina de um prestador de serviços do restaurante da Câmara. Com Cunha, o baixo clero novamente emplacou um candidato que podia chamar de seu. Mas Cunha não durou nem dez meses mais que Cavalcanti no posto.

E, no entanto, as semelhanças não devem impedir de ver que Eduardo Cunha foi um Severino Cavalcanti modernizado, com visão estratégica. Em 2005, Cunha estava em seu primeiro mandato como deputado federal. Entre 2003 e 2005, o governo Lula adotou a tática de tentar dominar o pemedebismo do sistema desviando-se das cúpulas partidárias e indo direto aos deputados para construir sua base. Essa tática levou basicamente a dois resultados. De um lado, o conflito com as cúpulas partidárias escalou a ponto de transbordar na denúncia do mensalão, não por acaso feita pelo então presidente do PTB, Roberto Jefferson. De outro lado, empoderou o baixo clero da Câmara, tendo como resultado mais visível a eleição de Severino Cavalcanti.

A experiência daquela eleição para a presidência da Câmara permitiu a Cunha ver a brecha por onde iria depois se infiltrar. O poder do alto clero no controle do Congresso é o poder das cúpulas partidárias. No caso do então PMDB, a cúpula partidária tinha deixado claro para Cunha naquele momento que, a depender dela, ele iria sempre pertencer ao baixo clero. A eleição de Severino Cavalcanti mostrou que o único caminho que lhe restava para subir seria contornando a cúpula de seu próprio partido, acumulando poder junto a deputados de outras siglas. Criando, enfim, a sua própria bancada.

Cunha se especializou em estratégias de financiamento de campanha e de migração partidária. Apresentava soluções que permitiam aos deputados sob sua proteção conseguir recursos e, ao mesmo tempo, ao perseguirem seus interesses mais imediatos, escapar o quanto possível de eventuais punições por parte

das cúpulas partidárias. Mas Cunha ele mesmo nunca deixou o PMDB. Usou poder externo ao partido para conseguir vencer obstáculos dentro do partido e subir na hierarquia. Cunha levou o pemedebismo a seu conceito: criou uma bancada própria, suprapartidária, contornando, assim, a hierarquia de seu próprio partido. (Cinco anos depois de Cunha, Arthur Lira, como veremos, apenas levou esse modelo a seu limite.) E, no entanto, Cunha sabia que só o PMDB, como líder do cartel de venda de apoio parlamentar no Congresso, poderia lhe permitir chegar aonde pretendia.

Mesmo depois de sua eleição para a presidência da Câmara, Cunha manteve ativa e organizada sua bancada particular, a despeito de fronteiras partidárias. Foi assim que se tornou o símbolo da autodefesa do sistema político contra a Lava Jato. E, sobretudo, tornou-se o grande árbitro das disputas entre deputados e as cúpulas partidárias, procurando sempre soluções que penalizassem o menos possível o baixo clero. Usou seu poder para influir decisivamente na escolha dos próprios líderes partidários, inclusive.

O problema é que, a partir de meados de 2015, essa posição de árbitro entre cúpulas partidárias e deputados entrou em conflito com o objetivo de afastar Dilma Rousseff e ocupar a presidência da República para tomar diretamente as rédeas do processo e “estancar a sangria” da Lava Jato. Ou seja, o modo de operar de Cunha dentro da Câmara entrou em conflito com o objetivo mais amplo do sistema político de neutralizar a Lava Jato. Além disso, as cúpulas partidárias já estavam preocupadas o bastante com a maneira de operar de Cunha, que lhes tirava poder e autoridade. E o governo Dilma, tendo nas mãos os lotes e quinhões a distribuir, jogava a favor das cúpulas partidárias contra essa maneira de operar de Cunha. Apenas não imaginou que as cúpulas partidárias tivessem como objetivo livrar-se tanto de Dilma Rousseff quanto de Eduardo Cunha, que foi o que, afinal, fizeram.

Nesse momento, para se contrapor às investidas do governo Dilma contra o impeachment, Cunha foi obrigado a se apoiar nas cúpulas partidárias para virar o jogo. A reconfiguração de forças depois desse período foi o sinal mais claro de que as cúpulas partidárias tinham retomado muito da autoridade antes danificada e que o destino do impeachment passaria necessariamente por elas. Eduardo Cunha gastou então todo o crédito que tinha acumulado junto ao baixo clero para avalizar a autoridade e o poder das cúpulas partidárias e, com isso, alcançar o impeachment.

O Centrão de Eduardo Cunha retomou o nome da década de 1980 porque se posicionou — como o bloco conservador durante a Constituinte — contra um progressismo que passou a ser identificado exclusivamente com o PT e com os partidos mais próximos dele no governo, e não mais com a ampla frente progressista que tinha se formado na redemocratização. Mas foi muito além disso também. Em primeiro lugar, Cunha deu novo sentido ao que até ali se tinha chamado de “polarização”. A partir de seu rompimento com o governo Dilma, passou a mimetizar uma estratégia de busca de apoio social criada nos Estados Unidos por Newt Gingrich, em 1995.

Vinte anos antes da eleição de Eduardo Cunha para a presidência da Câmara no Brasil, Gingrich se elegeu para a presidência da Câmara nos Estados Unidos, no bojo da chamada “Revolução Republicana” de 1994. Tal como Cunha vinte anos depois dele — ainda que seja inevitável aqui o bordão “a primeira como tragédia, a segunda como farsa” —, também Gingrich sabia que não era considerado pela “intelligentsia de Washington”, que o tomava por um “radical que operava bem longe das normas aceitáveis da política polida. Ele não se importava muito com o que pensavam; importava-se mais em embarcá-los no seu projeto”.⁶⁶

Tal como Cunha contra o governo da então presidente Dilma Rousseff, também Gingrich antes dele liderou a aprovação

de uma série de “pautas-bomba” contra o governo Clinton. Tal como Cunha em relação a Dilma Rousseff, também Gingrich abriu um processo de impeachment contra o então presidente Bill Clinton, ainda que não tenha conseguido afastá-lo do cargo. Tal como Cunha, também Gingrich caiu da presidência da Câmara em razão de diferentes escândalos, ainda que não tenha sido preso, como foi o caso de Cunha.

Principalmente, tal como Cunha depois dele, também Gingrich confundiu os poderes da presidência da Câmara com os da presidência da República. No caso de Cunha, isso vem agravado porque ele não tinha apenas as pretensões de Gingrich. Queria ser também o Silvio Berlusconi que enterrou a Operação Mãos Limpas na Itália. E esse papel estava reservado unicamente a Bolsonaro, no pleno exercício dos poderes da presidência da República.

Mas o decisivo aqui é que Gingrich, assim como Cunha depois dele, moldou o conservadorismo estadunidense que, vinte anos depois, viria a ocupar a presidência com Trump. Apesar do próprio Gingrich, acrescenta-se. No caso brasileiro, três anos bastaram até a chegada de Bolsonaro à presidência. E isso é decisivo porque a chegada de Eduardo Cunha à presidência da Câmara dos Deputados marcou igualmente a chegada do longo movimento das “novas direitas” à institucionalidade. Não exatamente como os diferentes grupos tinham pensado que aconteceria.⁶⁷ Mas chegou.

Ao mesmo tempo, a posição de Cunha representa um divisor de águas do ponto de vista da formação da frente de oposição extrainstitucional que resultou de uma confluência de mudanças demográficas, econômicas, da sociabilidade, de iniciativas, organizações e forças políticas configuradas já nos anos 2000. Extremamente ativo em sua condição de evangélico do Ministério de Madureira (AD), Cunha era, ao mesmo tempo, alvo preferencial da Lava Jato e, dentro da Câmara, objeto de um processo

no Conselho de Ética. Com isso, Cunha reuniu em sua atuação dois vetores inteiramente contraditórios do ponto de vista dessas movimentações de mais longa duração: antecipou, de um lado, a cristalização da frente conservadora e, de outro, o combate à Lava Jato. Ou seja, mostrou, do ponto de vista simbólico, que a unidade entre “novas direitas” e “lavajatismo”, essencial para organizar o arquipélago de iniciativas antissistema surgido a partir dos anos 2000, era uma unidade temporária e artificial.

Não que a frente conservadora tenha deixado de utilizar a Lava Jato como face unificadora, pelo contrário. Mas a atuação de Eduardo Cunha mostrou a uma parte dessa frente duas coisas. Em primeiro lugar, que ela já não dependia existencialmente da Lava Jato para se manter sobre seus próprios pés. Em segundo lugar, que o “conservadorismo” poderia ter prioridade e preeminência sobre o “combate à corrupção” sem maiores consequências em termos de mobilização e de engajamento. Dito de outra maneira, a atuação de Eduardo Cunha se mostrou absolutamente essencial para distinguir o lavajatismo do movimento mais amplo das “novas direitas” em seu desenvolvimento peculiar, que, como vimos, resultou no pacto de parte desses movimentos, no primeiro semestre de 2017, que criou uma frente “liberal-conservadora”, ou “conservadora”, simplesmente.

A disputa dentro das “novas direitas” sobre a natureza e o futuro da oposição extrainstitucional prosseguiu, mas, a partir dali, com uma fratura impossível de sanar a não ser com a vitória de um dos lados sobre o outro. Foi assim que a parte da oposição extrainstitucional que se pretendia mais autenticamente vinculada à experiência original das “novas direitas” dos anos 2000 passou a se identificar mais exclusivamente com o “lavajatismo”, enquanto a outra parte da oposição extrainstitucional se tornou “liberal-conservadora”. E, nesse momento, dois fatos determinaram os desdobramentos seguintes.

Muitas pessoas politizadas na experiência das “novas direitas” desde os anos 2000 decidiram se espalhar por diferentes partidos sem conseguir concentrar esforços para uma candidatura presidencial única, viável e competitiva. Isso também é verdadeiro no caso da vertente das novas direitas que continuou a se identificar com o lavajatismo. Foi esse quadro que levou, por exclusão, a uma concentração na candidatura de Bolsonaro como a única viável para as duas vertentes da oposição extrainstitucional. A atuação de Eduardo Cunha na presidência da Câmara levou tanto à organização da oposição extrainstitucional e sua entrada na política oficial como à divisão dessa mesma oposição em duas vertentes, cuja unidade forçada em 2018 foi representada pela candidatura de Bolsonaro.

O Centrão de Eduardo Cunha nasceu de um sistema político já então em frangalhos. Espelhava um governo que não conseguia governar e uma oposição que não conseguia se opor. Naquele início de 2015, a popularidade de Dilma Rousseff foi à lona em três meses. E o polo de oposição — PSDB e DEM, basicamente — perdeu todo o controle sobre a oposição congressional. Todos ficaram a reboque do Centrão, que desempenhava diversos papéis ao mesmo tempo: era governo, oposição e base de apoio do governo, conforme a necessidade e o interesse do momento.

Ao mesmo tempo, a tentativa de Dilma Rousseff, em seu primeiro mandato, de dar um abraço de tamanduá no aliado de chapa presidencial, o PMDB, cobrou seu preço. Dilma Rousseff tinha colocado lenha na fogueira da fragmentação partidária, estimulando a criação de novos partidos e a migração partidária. O objetivo era atrair diretamente políticos do PMDB, diminuindo suas bancadas na Câmara e no Senado. Mas, não sendo possível alcançar esse objetivo, a criação de novas legendas que pudessem aglutinar deputados e senadores já deveria servir para mudar o equilíbrio de forças no

Congresso. A ideia era produzir artificialmente dois ou até três partidos médios que pudessem formar um núcleo alternativo à liderança do PMDB do cartel de venda de apoio parlamentar. Esse “novo Centrão” acabou por se formar, de fato. Mas para produzir o impeachment de Dilma Rousseff, e não para enfraquecer o PMDB.

A estratégia eleitoral elaborada por Lula ao longo do primeiro mandato de Dilma Rousseff apenas reforçou essa fratura que acabou por se mostrar insanável no segundo mandato de Dilma. Lula pretendeu dar ao PT uma posição de maior destaque, de tal maneira a diminuir o preço do PMDB. Nas eleições municipais de 2012, Lula estabeleceu uma tática que envolvia estabelecer coligações tanto quanto confrontos diretos com o PMDB. Compunha onde achava que não podia ganhar e tentava tomar posições onde quer que achasse que tinha chance de ganhar. O objetivo não era apenas preparar as eleições de 2014, mas tentar tomar posições diretas do principal aliado, enfraquecendo-o. Não foi um movimento capaz de sufocar o PMDB, mas foi relativamente bem-sucedido em seu objetivo. Ao mesmo tempo, acendeu a luz vermelha no PMDB, que começou a esboçar reações mais duras às investidas.

Lula manteve a mesma estratégia para as eleições de 2014. Em um movimento que não acontecia desde os anos 1980, o PT lançou candidaturas ao governo nos estados com os maiores colégios eleitorais, em competição direta com o PMDB em todos eles, com exceção de Minas Gerais. O paroxismo se deu no Rio de Janeiro, onde uma aliança fundamental para a sustentação do governo Dilma — como já era visível então e se tornou ainda mais visível depois — foi rompida para o lançamento da candidatura de Lindbergh Farias ao governo do estado. Dos maiores estados, somente na Bahia o PT venceu sem uma aliança com o PMDB, em um governo de continuidade que vinha desde a eleição de Jaques Wagner, em 2006.

O primeiro governo Dilma solapou as condições de prosseguir com o modelo pemedebista sobre o qual, entretanto, se apoiou durante todo o tempo. E isso sem que tenha conseguido inaugurar um modelo alternativo. Dilma Rousseff identificou brechas e fraquezas nos mecanismos de controle do modelo de gerenciamento político em que ela mesma se apoiou, como FHC e Lula antes dela. E resolveu se aproveitar dessas brechas para impor uma espécie de blitzkrieg econômica.

Dilma Rousseff implementou um programa que envolveu nada menos do que remodelar inteiramente a relação entre setor público e privado nas concessões públicas de infraestrutura e no setor de energia, impor parâmetros radicalmente diversos ao setor financeiro, criar e fomentar novas e longas cadeias produtivas. A ideia era produzir transformações em tal velocidade e amplitude que já teriam dado resultados dos quais seria impossível recuar depois de mostrarem seus efeitos, que, assim se esperava, seriam positivos.

A primeira lição a tirar do fracasso da tentativa é que não há programa econômico que se sustente sem uma base política e social de apoio correspondente. Foi o tipo de incongruência que, nos limites de uma lógica tipicamente pemedebista, tanto Lula quanto FHC sempre evitaram. A segunda lição a tirar é que não existe reforma do pemedebismo desde dentro. Pode-se ocupá-lo pela esquerda, como fez Lula em seus dois mandatos, pode-se usá-lo como apoio para produzir um “reformismo fraco”, que é como Singer caracteriza o lulismo. Mas não é possível uma reforma do pemedebismo enquanto tal. Muito menos pretender sufocá-lo fomentando ainda mais a fragmentação partidária, que foi o que Dilma Rousseff tentou fazer em seu primeiro mandato.⁶⁸

Entre a aparente vitória nas eleições de 2012 e a dura derrota de 2014, o que se teve foi nada menos do que o terremoto de Junho, a tática de enfraquecimento do PMDB e o fracasso

da blitzkrieg econômica iniciada em 2011. Dito de outra maneira: a vitória de Pirro de Dilma Rousseff em 2014 foi longamente preparada, muito antes de Junho.

O segundo governo de Dilma Rousseff, a partir de 2015, já não conseguia funcionar nos mesmos termos em que todos os governos nas últimas duas décadas. O ajuste fiscal aprovado entre maio e julho de 2015 não só não ajudou como acabou deteriorando ainda mais as condições da governabilidade. Para fazer ajuste maior, o governo teria de ter cortado ainda mais orçamento, dizimando por inteiro o investimento público, já que aumentar a carga tributária estava fora de questão.

Não por acaso, Eduardo Cunha anunciou seu rompimento com o governo ao final dessa etapa, em julho de 2015. Também não foi um acaso o fato de, em março, ter sido aprovado o chamado orçamento impositivo das emendas parlamentares individuais. Afinal, não é em qualquer circunstância que o pemedebismo pode se dar ao luxo de ver o presidente da Câmara declarar guerra à presidência da República. Alguma garantia precisa existir. Mesmo que não seja a que parlamentares aceitariam em tempos de pemedebismo em pleno funcionamento. Mesmo que metade dos valores devesse ser destinada à área da saúde, mesmo que a garantia de execução das emendas tivesse o limite de 1,2% da receita corrente líquida, ainda assim isso significou, em 2015, em valores nominais, cerca de 10 bilhões de reais. Uma das consequências interessantes para o futuro desse primeiro ensaio de “autonomia” do Legislativo relativamente aos esquemas de barganha anteriores foi sua peculiar continuidade no governo Bolsonaro.

O ponto a ressaltar aqui é que, em seu segundo mandato, o governo Dilma já não oferecia duas garantias fundamentais do modelo: acesso efetivo aos fundos públicos e proteção contra investidas da Justiça. Não interessa aos partidos e grupos que fazem parte da supercoalizão de governo (seja qual for o governo)

dispor de ministérios, cargos e verbas e não poder efetivamente lançar mão dos recursos, mesmo que sejam escassos. Menos ainda interessa sustentar um governo Dilma que se mostra incapaz de oferecer proteção contra a ameaça da Operação Lava Jato e suas subsidiárias. Esse é um sinal de descontrole grave para o esquema de supercoalizões típico do pemedebismo.

Some-se a isso a decisão sobre o financiamento empresarial de campanhas, um dos episódios decisivos na tramitação da reforma eleitoral de 2015. O projeto original patrocinado por Eduardo Cunha previa financiamento empresarial a candidatos e a partidos, com estabelecimento de um teto de valor monetário fixo. Derrotado na votação, Cunha se saiu com uma gambiarra constitucional típica dos tempos atuais para, menos de 48 horas depois, aprovar o dispositivo, só que restrito dessa feita a doações de empresas a partidos. Na característica montanha-russa do período, o processo incluiu a rejeição do financiamento empresarial pelo Senado em 2 de setembro de 2015, sua restauração pela Câmara em 10 de setembro e o veto presidencial de Dilma Rousseff em 29 de setembro, doze dias depois da decisão do STF contrária ao princípio.

Mas o alerta final soou para o sistema político com a prisão do senador Delcídio do Amaral, em novembro de 2015. Ao estabelecer uma nova interpretação do flagrante delito de crime inafiançável para ordenar a prisão de um senador no exercício do mandato, a decisão do STF introduziu o estado de pânico em um sistema político já tomado pelo desespero. Com a nova interpretação, baseada na ideia de “estado de flagrância”, a ameaça de exclusão do jogo se tornou imediata. A partir daquele momento, qualquer representante no exercício do mandato poderia ir para a cadeia se houvesse indícios de que seu crime era continuado e, segundo a nova interpretação, equivalente a flagrante.

Um senador no exercício do mandato foi preso unicamente com base em uma gravação. A polícia e o Ministério Público

não foram capazes de apresentar nenhum indício de que Delcídio do Amaral tivesse praticado qualquer ação concreta de obstrução da Justiça. Fossem outras as condições, seria um caso para o Conselho de Ética do Senado, e não para uma ordem de prisão do STF. Não há acordo político que dure um dia com tal grau de incerteza. E, como não surgiram novas ações no sentido de assegurar um patamar mínimo de confiança e de estabilidade, a decisão do STF trouxe com ela o potencial de desintegrar o sistema político.

A prisão de Delcídio do Amaral foi o ponto de virada para que o sistema político abandonasse de vez Dilma Rousseff. Mas, antes disso, houve uma primeira estratégia para retomar o controle da política pelo sistema político. Tratou da tentativa dupla e simultânea de rearranjar a base parlamentar (entregando a tarefa ao então vice-presidente, Michel Temer) e de abrir canais de negociação com o STF para conter os avanços da Lava Jato. Temer assumiu o encargo em abril de 2015 e o deixou em agosto do mesmo ano, sem que a questão de base tivesse sido resolvida. As conversas com o STF deram de cara com uma maioria de ministros disposta a não interferir na Lava Jato, muito pelo contrário.

Alcançar 367 votos favoráveis à admissibilidade da denúncia de impeachment de Dilma Rousseff na Câmara dos Deputados e 55 votos no Senado, como se alcançou, é tarefa que está muito longe de ser óbvia. De modo que a primeira coisa a ser explicada é como foi possível que, com a caneta na mão, o governo Dilma não tenha conseguido impedir a debandada. Não há dúvida de que a magnitude das manifestações contra o governo Dilma foi decisiva para o resultado. Mas manifestações como as de março e de abril de 2015 ainda não eram pelo impeachment. Pelo contrário, todas as pesquisas disponíveis indicam que uma expressiva maioria rejeitava esse caminho naquele momento.

A pressão de rua só se tornou um movimento pró-impeachment quando encontrou dentro do sistema político um canal de

expressão. Essa porta se abriu primeiramente no final de agosto de 2015, quando Michel Temer deixou a coordenação da articulação política do governo para embarcar no projeto. Mas essa primeira onda do impeachment morreu na praia. Até o início de dezembro de 2015, já não mais ameaçava o mandato da presidente. Foi quando Eduardo Cunha recebeu uma das denúncias contra Dilma Rousseff e deu início à segunda onda do impeachment.

Foi essa segunda onda que, aproveitando o recesso do Congresso e do Judiciário até fevereiro, conseguiu convencer o sistema político de que valia a pena correr o risco de trocar o incerto conhecido pelo incerto familiar. Foi também nesse momento que a grande mídia cerrou fileiras em favor do afastamento, oferecendo suporte adicional para o sistema político pemedebista dar o passo arriscado que não costuma dar. Dilma já havia abdicado de seu governo em favor de Lula em setembro de 2015, com a substituição de Aloizio Mercadante por Jaques Wagner na Casa Civil. Essa mudança foi suficiente para barrar a primeira onda do impeachment, mas não a segunda. Ao perceber que a onda tinha se levantado com força, Dilma nomeou Lula para a mesma posição. Só que já era tarde demais. Lula nem sequer conseguiu assumir a pasta. A pá de cal veio com a ação diretamente política do juiz Sergio Moro de determinar a condução coercitiva de Lula para depor e ao divulgar todos os áudios de conversas do ex-presidente.

Do “lado de fora” do sistema político, entre março de 2015 e julho de 2016, expressivas manifestações contra o governo se sucederam e ganharam corpo e apoio na mídia tradicional e mainstream. Foram altamente significativas as manifestações em defesa do mandato de Dilma Rousseff, ainda que, em termos quantitativos, não tenham alcançado o mesmo grau de adesão. A partir do momento em que as manifestações se tornam claramente pró-impeachment, depois das manifestações numericamente expressivas de março de 2016, consolidou-se

no sistema político a ideia da inviabilidade da permanência da presidente. Juntamente com a ideia de poder fazer dela o bode expiatório que permitiria a retomada do controle da política.

Aquela altura, já estava também claro para o sistema político que a fragmentação partidária tinha atingido um nível extremamente perigoso, que impedia até mesmo a criação de uma efetiva coordenação para a defesa do interesse comum de se manter a salvo da Lava Jato. Estava claro, portanto, que o pemedebismo típico do sistema não poderia continuar funcionando nos mesmos termos. Para tentar salvar o pemedebismo sem perder os dedos, lideranças de importância passaram a apoiar uma reforma eleitoral de amplas consequências. Todas as fichas foram então colocadas na ideia de introduzir o chamado “distritão”.⁶⁹ Essa ideia foi arrastada até o governo Temer. Só quando ficou claro que não seria aprovada é que a ideia foi finalmente abandonada em favor da reforma de 2017, que proibiu coligações em eleições proporcionais e introduziu uma cláusula de desempenho mínimo, crescente a cada eleição.⁷⁰

A parlamentada de 2016, que derrubou Dilma Rousseff, foi, portanto, um recurso do sistema político para tentar retomar o controle da política. Da perspectiva “interna”, institucional, do primeiro capítulo, foi o momento em que o caráter não só fragmentado, mas fragmentário do pemedebismo, mostrou sua vulnerabilidade máxima diante de ameaças “externas”, da superposição das crises agudas na economia e na política, atingindo profundamente a legitimidade dos arranjos institucionais existentes. O sistema político tentou aplacar a fúria social entregando o PT às piranhas para tentar passar com a boiada tranquilamente mais adiante no rio, já em um governo Temer.

O fato de, no final, o governo de Temer ter sido ainda mais fragilizado pela Lava Jato nada muda nas motivações da política oficial para produzir o impeachment. Tratou-se de um governo de autodefesa do sistema político. Mas o governo Temer

tentou também em grande medida ser de restauração. Somente tentou restaurar um modelo de funcionamento do sistema político que já havia caducado.

O governo Temer foi uma tentativa de retomada do controle da política pelo sistema político, mas totalmente fracassada do ponto de vista do apoio no eleitorado. Em especial porque foi o último governo inteiramente analógico da redemocratização. A base partidária de apoio ao governo Temer não se distinguiu daquela de Dilma, senão pela ausência de PT, PDT e PCdoB e pela entrada de PSDB, DEM e PPS, tudo o mais na mesma. Exceto, claro, pelo branqueamento e pela masculinização do conjunto da equipe, coerentemente com a posição subordinada ocupada por pastas como Cultura, Direitos Humanos, Igualdade Racial e políticas para mulheres. Exceto também pelo inusitado da ausência da liderança de um dos dois síndicos até aqui do condomínio dos últimos vinte anos, de um condomínio pemedebista sob direção formal do PMDB — ou seja, com ausência de liderança efetiva. Uma vez mais, o novo governo interino se iniciou com uma base formal que superava os 70% do Congresso.

É certo que a prisão de Delcídio do Amaral já tinha sinalizado a introdução de decisões que foram pontos fora da curva da jurisprudência.⁷¹ De fato, um ponto fora da curva não faz verão jurídico. Não incomoda enquanto não tiver companhia. Ou enquanto ninguém se importar com seu acúmulo, por expressivo que seja. Para o direito, tempos anormais são aqueles em que as curvas parecem desaparecer, em que os pontos parecem se espalhar de maneira aberrante. O passado deixa de servir de parâmetro para o presente e não se vê com clareza qual nova interpretação do dispositivo legal pode fazer com que todos os pontos voltem a se distribuir de maneira normal, voltem a compor a curva suave com que sonha o direito.

Mas o ponto mais afastado da série foi a decisão, em maio de 2016, de suspender o mandato do deputado Eduardo Cunha,

voto do então ministro Teori Zavascki acompanhado pelo conjunto dos ministros do STF. A decisão indicou que a curva e seus pontos simplesmente não iriam se encontrar tão cedo. O Judiciário deixou de atuar exclusivamente segundo a lógica política indireta que o caracteriza — aquela dos pontos e das curvas que é própria do direito — para agir de maneira diretamente política sempre que acha necessário fazê-lo. Foi assim que o STF se tornou bastião de sustentação da oposição extrainstitucional que se formou no país a partir de 2015, cujo escudo comum foi a Lava Jato.

A atuação da força-tarefa da Lava Jato foi pautada pela estratégia de manter permanentemente acuado o sistema político. Muitas operações anteriores ruíram como castelos de areia porque foram trancadas desde cima. O histórico de sucesso do sistema político em se autodefender de fato impressiona. Mas impressionou ainda mais a firme disposição da Lava Jato de não dar nenhuma chance para que um novo arranjo estável fosse alcançado. Contando com um amplo e difuso apoio da sociedade, a tática de cerco contínuo encontrou na fraqueza estrutural do segundo governo Dilma Rousseff o ambiente propício para seu sucesso. Aliás, foi em boa medida graças à desorganização do sistema político imposta pela operação que Dilma conseguiu preservar seu mandato ao longo de quase todo o ano de 2015. Mais importante do que tudo isso, entretanto, a grande maioria da população se dispôs a pagar o alto preço da instabilidade permanente exigido pela Lava Jato em nome de ver realizada a versão brasileira da Operação Mãos Limpas italiana. Até que, como veremos, Jair Bolsonaro apresentou-se para enterrá-la.

O governo Bolsonaro como forma-limite do pemedebismo

Bolsonaro e bolsonarismo: tática e estratégia

Bolsonaro foi um candidato antissistema e assim continuou como presidente. Daí estar em campanha permanente, daí ter se lançado à reeleição menos de seis meses após ter tomado posse como presidente. Bolsonaro presidente é aquele que governa apenas para “os bons brasileiros”. Ou seja, governa apenas para quem o apoia. Fazer com que a minoria que o apoia se torne dominante, esse é o cerne do projeto autoritário de Bolsonaro, que ele pretende alcançar como e quando for possível.

Dentro de sua estratégia de objetivo autoritário, a tática, do ponto de vista da manutenção de sua base social de apoio, foi, desde o início de seu mandato como presidente, dupla: esquivar-se permanentemente de qualquer responsabilidade como suposto dirigente do “sistema”; e vetar qualquer medida potencialmente danosa aos interesses dessa sua base de apoio. Mas, à diferença de autoritarismos consolidados — a Índia, destacadamente, mas também a Hungria, a Polônia, a Turquia ou as Filipinas —, o autoritarismo bolsonarista ainda estava em seu estágio inicial, estava ainda buscando estabelecer suas bases quando foi atingido pela crise pandêmica. Quando chegou a crise do vírus, em março de 2020, o plano autoritário de Bolsonaro, mesmo que ainda muito vago, estava apenas em sua primeira fase, a do desmonte das instituições democráticas.

© Marcos Nobre, 2022

Todos os direitos desta edição reservados à Todavia.

Grafia atualizada segundo o Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa de 1990, que entrou em vigor no Brasil em 2009.

capa
Pedro Inoue
fotos de capa
[acima] Maria Objetiva/ Wikimedia Commons
[abaixo] Alan Santos/ PR/ Flickr
preparação
Leny Cordeiro
checagem
Érico Melo
índice remissivo
Luciano Marchiori
revisão
Jane Pessoa
Ana Maria Barbosa

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

Nobre, Marcos (1965-)

Limites da democracia : De Junho de 2013 ao governo
Bolsonaro / Marcos Nobre. — 1. ed. — São Paulo :
Todavia, 2022.

ISBN 978-65-5692-284-3

1. Ciência política. 2. Democracia. 3. Política — Brasil.
4. Pemedebismo. 5. Análise política. I. Título.

CDD 320.981

Índice para catálogo sistemático: -

1. Situação política no Brasil 320.981

Bruna Heller — Bibliotecária — CRB 10/2348

todavia

Rua Luís Anhaia, 44
05433-020 São Paulo SP
T. 55 11. 3094 0500
www.todavialivros.com.br